

re^{da}esmaré

DIREITO À SEGURANÇA PÚBLICA E ACESSO À JUSTIÇA

PESQUISA

VIOLÊNCIAS, CORPO E TERRITÓRIO:

Sobre a vida de mulheres da Maré



VIOLÊNCIAS, CORPO E TERRITÓRIO:

Sobre a vida de mulheres da Maré

Redes da Maré
Cardiff University
University of Warwick
Escola de Serviço Social da
Universidade Federal do Rio de Janeiro

2023

EQUIPE DE PESQUISA

AUTORIA

Bruna Silva
Camila Barros
Claire Blencowe
Débora Bastos
Eliana Sousa e Silva
Fabiana Freitas
Irone Santiago
Isabel Barbosa
Joana Garcia
Julian Brigstocke
Lidiane Malanquini
Luana Bezerra
Luciana Barros
Rachel Gouveia Passos
Rosana Morgado
Tais Almeida

TRADUTORA

Gabriela Baptista

DOCUMENTAÇÃO VISUAL

Douglas Lopes
Thaina Iná

DESIGN

Adriana Reis
Gisa Ferreira

COORDENAÇÃO DE PESQUISA

Claire Blencowe
Eliana Sousa Silva
Joana Garcia
Julian Brigstocke
Rosana Morgado

COORDENADORAS DE CAMPO

Camila Barros
Isabel Barbosa

PESQUISADORAS COLABORADORAS

Débora Guedes Bastos
Lidiane Malanquini
Rachel Gouveia Passos

PESQUISADORAS DE CAMPO

Bruna Silva
Fabiana Freitas
Irone Santiago
Luana Bezerra
Luciana Barros
Tais Almeida

REVISÃO

Liliane Santos
Maykon Sardinha
Moniza Rizzini Ansari

“

A voz de minha bisavó ecoou
criança nos porões do navio.
Ecoou lamentos de uma

infância perdida.
A voz de minha avó
ecoou obediência aos

brancos-donos de tudo.
A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado

rumo à favela
A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue

e fome.
A voz de minha filha
recolhe todas as nossas
vozes recolhe em si
as vozes mudas caladas

engasgadas nas gargantas.
A voz de minha filha
recolhe em si a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância,
o eco da vida-liberdade.

”

Vozes Mulheres - Conceição Evaristo



SUMÁRIO

1. Apresentação	08
2. Mas que pesquisa é essa?	13
2.1 E como foi feita?	20
2.1.2 Oficinas artísticas	23
2.1.3 Rodas de conversa	26
2.1.4 Entrevistas	29
2.1.5 Atividades de mobilidade pela cidade	30
2.1.6 Encaminhamentos sociojurídicos	31
2.2. Produzindo conhecimento em tempos de pandemia	33
3. Contextualização: o Conjunto de Favelas da Maré	37
4. Como é a vida das mulheres da Maré?	47
5. Compreendendo as violências contra mulheres da Maré	63
5.1 Características das violências	64
5.2 Impactos da violência sobre a vida e corpo das mulheres	74
5.3 Impactos da violência sobre a saúde mental das mulheres	78
5.3.1 A vida após a perda pela violência armada	81
6. O território como mapa afetivo das mulheres da Maré	88
6.1 A Maré de mulheres	90
6.2 Ser mulher dentro e fora da Maré	96
7. Fortalecendo políticas de cuidado na Maré	102
7.1 Práticas de proteção acionadas ou desenvolvidas pelas mulheres	107
7.2 Impactos das atividades do projeto sobre a vida das mulheres	116
8. Recomendações e estratégias	125
9. Considerações finais	129
10. Referências	134

NOSSAS VOZES
NOSSAS VOZES
NOSSAS VOZES
NOSSAS VOZES
NOSSAS VOZES



1. APRESENTAÇÃO

São muitas as vozes que buscamos ecoar nesta publicação. O acompanhamento de um grupo de mulheres, a partir de projetos desenvolvidos pela Redes da Maré, nos levou a alguns movimentos existentes na Maré, ou melhor, *nas Marés*. São movimentos de corpos que circulam, modificam e espelham as diferentes vivências das distintas favelas que fazem parte deste território.

A Maré é um conjunto de 16 favelas com uma população de mais de 140 mil habitantes localizado na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, entre as principais vias de acesso que ligam diversos pontos da cidade e da Região Metropolitana. Trata-se de um bairro oficial da cidade, que se consolidou tanto a partir da organização e iniciativa dos moradores, quanto por programas habitacionais promovidos pelo poder público¹.

Atualmente, a Maré é o 9º bairro mais populoso da cidade do Rio de Janeiro e é maior do que 96% dos municípios do Brasil. Apesar de sua vitalidade cultural, a população da Maré enfrenta uma série de problemas urbanos, como inadequadas estruturas de saneamento básico e transporte público, além da violência armada e da intervenção policial militarizada. E embora a maioria da população da

¹ Redes da Maré, 2019a.

Maré seja composta por mulheres, pouco se discute sobre como elas são impactadas por esse cotidiano.

É nesse contexto que se insere o projeto ***Os Impactos da Violência Armada na Vida das Mulheres da Maré: gênero, território e prática artística***, realizado através da parceria entre a Redes da Maré, a Cardiff University, a University of Warwick e a Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Ancorada no trabalho de algumas décadas da Redes da Maré na região, essa pesquisa objetiva compreender os impactos da violência armada na vida de mulheres residentes no Conjunto de Favelas da Maré, identificando quais as estratégias de proteção e cuidado desenvolvidas por elas e, ainda, subsidiar o processo de construção de incidência nas políticas públicas, a partir das vivências no território.

Dentro da Redes da Maré, essa iniciativa se insere no processo de produção de conhecimento e formulação de projetos de um dos eixos de trabalho denominado Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça. Esse campo de atuação da instituição tem buscado compreender e atuar nas violações de direitos e violências que atravessam o cotidiano dos moradores nas 16 favelas da Maré, sendo seu principal objetivo refletir e formular estratégias que possam ser referência para a materialização do direito à segurança pública na região enquanto um direito constitucional.

Este texto, portanto, sistematiza os principais resultados e experiências da pesquisa. Foi um mergulho e um aprofundamento a partir das perspectivas de mulheres diante da violência armada na região da Maré e são, definitivamente, essas as vozes que queremos reverberar. Esse trabalho favoreceu, escutando as mulheres, a troca de experiências, conhecimentos e estratégias comunitárias de enfrentamento à violência, sejam essas de cuidado ou proteção.

Nessa perspectiva, refletimos que se os dados, processos de pesquisa e resultados buscam transformar a realidade, quem melhor do que as próprias mulheres para pensar sobre isto? Qual a melhor forma de pensar políticas para mulheres, senão através das principais interessadas e a partir de suas estratégias de sobrevivência desenvolvidas na vida cotidiana?

É importante incidir no acesso aos direitos conquistados e fortalecê-los. Mais que isso, **é preciso construir estratégias de efetivação de políticas públicas, de proteção e cuidado. É necessário entender quais são as violências que mulheres de favelas e periferias estão expostas, levando em consideração as relações socioeconômicas, raciais, geracionais e territoriais². É preciso levar em consideração como essas mulheres se organizam individual e coletivamente para se proteger, se cuidar e lutar por uma qualidade de vida melhor para todas, a partir de direitos mais básicos.**

² Collins, 2017.

Pensar ações de enfrentamento às violências e políticas de cuidado e proteção às mulheres, a partir de uma organização de base comunitária, implica considerar a necessidade que moradores e moradoras têm de acessar seus direitos de forma plena. Isso inclui a qualificação das políticas públicas existentes, conquistas, frequentemente, das lutas históricas de mulheres, que sempre estiveram na busca pela garantia de direitos nas favelas da Maré. Esperamos que as próximas páginas possam transmitir essas experiências, demonstrando a importância do fortalecimento de estratégias institucionais e comunitárias de proteção e de cuidado para mulheres nas favelas da Maré e em todas as outras.

A **Redes da Maré** é uma organização da sociedade civil que tem como um de seus propósitos tecer redes para efetivar os direitos dos 140 mil moradores nas 16 favelas da Maré, no Rio de Janeiro. É uma organização que surge de mobilizações comunitárias que se articulam nas favelas da Maré, desde a década de 1980, tendo as mulheres na condução e materialização das lutas.



2. MAS QUE PESQUISA É ESSA?

Quando falamos de violência armada na Maré, estamos nos referindo aos efeitos objetivos e subjetivos³ ligados à presença e circulação de armas⁴ no território, que trazem como consequência um conjunto de violações individuais e coletivas: invasões de domicílios, agressões físicas e verbais, restrições de mobilidade e circulação, fechamento de escolas e unidades de saúde, além de ferimentos e mortes por arma de fogo⁵. Esses efeitos estão ligados a uma estrutura de desigualdades socioeconômicas na cidade que sustenta o fenômeno da violência urbana e, em escala ampliada, atinge todas as cidades do Brasil⁶.

No Rio de Janeiro, as repercussões desse fenômeno são visíveis, principalmente nas áreas de favelas e periferias, que, para além

³ Dentre os efeitos subjetivos mapeados pela pesquisa Construindo Pontes, “quase 31% [dos moradores da Maré] perceberam prejuízos à saúde mental e emocional decorrentes da exposição à violência armada, incluindo manifestações de episódios depressivos (26%) e ansiedade (25,5%) nos 3 meses anteriores à pesquisa” (Redes da Maré, 2023, p. 3).

⁴ Hamann-Nielebock; Carvalho, 2008.

⁵ Redes da Maré, 2016; 2017; 2018; 2019b; 2020; 2021b; 2022a.

⁶ Machado da Silva, 2010

dos estigmas de serem locais violentos, são espaços afetados pelas dinâmicas de poder de grupos armados. Temos como agravante o fato de que o direito à segurança pública ainda não foi estabelecido nessas áreas, uma vez que o próprio Estado, que deveria atuar para assegurar a vida, atua desrespeitando e violando os direitos da população.

Se a política de segurança pública deveria atuar para assegurar a vida, por que os efeitos de sua presença nas favelas são a insegurança e a manutenção da violência? Se o lema da Política Militar do Estado do Rio de Janeiro é “servir e proteger”, que tipo de proteção estão oferecendo quando violam os direitos dos cidadãos através de sua atuação ostensiva e militarizada?

Sabemos que os homens são as principais vítimas diretas de ferimentos e mortes⁷. Ao longo dos anos, vemos os corpos de jovens negros no chão, sonhos interrompidos e um rastro de dor em todas e todos aqueles que ficam. A quantidade de mortos e feridos pela violência armada nas regiões da cidade onde mora a população favelada, negra e pobre demonstra a gravidade desta realidade. Porém as operações policiais e confrontos armados não produzem apenas mortes físicas, mas também causam a morte moral, mental, simbólica e do direito à memória.

⁷ Redes da Maré, 2017; 2018; 2019b; 2020; 2021b; 2022a.

Entre 2017 e 2022, o projeto *De Olho na Maré*⁸ registrou **169** operações policiais e **122** confrontos entre os grupos armados que resultaram em **195** mortos, **186** feridos por arma de fogo, **572** violações de direitos individuais, **93** dias sem aulas nas escolas e **122** dias com atividades interrompidas nas unidades de saúde. Outro impacto que deve ser destacado, apesar de incalculável, são danos causados na saúde mental dos moradores da Maré⁹. A iminência do confronto a qualquer hora causa uma sensação de medo e tensão constantes e tem consequências ao longo da vida, sobretudo para as crianças e adolescentes que estão em fase de desenvolvimento.

Através também desses dados, percebemos que violações como invasão a domicílios, violência verbal e assédio sexual são vivenciadas principalmente por meninas e mulheres. Em 2019, por exemplo, 58% das vítimas de violações de direitos foram mulheres¹⁰. Além disso, as mulheres também são impactadas pela letalidade, uma vez que seus filhos, companheiros e familiares são as principais vítimas de homicídios. São também as mulheres que mais buscam acolhimento e orientação diante de violências e violações, mesmo que estas ocorram com parentes e vizinhos. Ou seja, mesmo que as violações não ocorram contra seus corpos, as mulheres estão à frente da busca por justiça e reparação.

⁸ De Olho na Maré é um projeto voltado para o monitoramento de dados sobre a violência armada no Conjunto de Favelas da Maré. A coleta de dados quantitativos se dá a partir de uma situação de conflito, seja uma operação policial ou um confronto entre os grupos armados.

⁹ A pesquisa Construindo Pontes demonstra que 55,6% dos moradores da Maré sentem medo de que alguém próximo seja atingido por bala perdida, 20% dos moradores identificam que a violência armada afeta sua saúde física e 31% percebem impactos na sua saúde mental. Entre os moradores que estiveram expostos a tiroteios, 44% sentem danos em sua saúde mental, 12% tiveram pensamentos relacionados a suicídio e 30% à morte (Redes da Maré, 2021a).

¹⁰ Redes da Maré, 2019b.

Neste sentido, o projeto *De Olho na Maré* tem desenvolvido ações que qualificam esses dados quantitativos e que buscam apurar os rebatimentos da violência armada para os diferentes grupos sociais e territórios. A presente pesquisa “*Os Impactos da Violência Armada na Vida das Mulheres da Maré: gênero, território e prática artística*” surge neste escopo, com o objetivo de:

- (I) Mapear as violências que atravessam a vida de mulheres moradoras de um território com a presença da violência armada;
- (II) Identificar e fortalecer as estratégias de cuidado, enfrentamento e proteção à violência armada, desenvolvidas pelas mulheres moradoras do Conjunto de Favelas da Maré;
- (III) Fortalecer e produzir subsídios para a rede de proteção às mulheres vítimas de violência da Maré.

Estudos anteriores contribuem para este trabalho. As pesquisas “*Práticas de resistência para enfrentar a violência urbana de gênero na Maré, Rio de Janeiro*”¹¹, “*Fronteiras atmosféricas: gênero, violência e afeto nas favelas do Rio de Janeiro*”¹² e “*Território do corpo: mapeando a resistência das mulheres à violência nas favelas da Maré, Rio de Janeiro*”¹³ já trouxeram alguns pontos que nos mostram como a violência armada afeta a vida das mulheres, por exemplo, quanto

¹¹ McIlwaine, C. et al 2022.

¹² Brigstocke, J., 2016.

¹³ Heimer, R. et al, 2022..

ao medo de transitar entre as fronteiras estabelecidas pelos grupos armados do território¹⁴, em locais com pouca iluminação pública ou ocupados pelo varejo de substâncias ilícitas. Também nos mostram que alguns serviços responsáveis pela proteção de mulheres vítimas de violência de gênero se recusam a entrar no território, como é o caso da Patrulha Maria da Penha.

Diante dessas dinâmicas territoriais, é necessário estarmos atentas a outros possíveis impactos da violência armada sobre a vida das mulheres da Maré e aos diferentes tipos de violência que as afetam. Quais seriam então estes impactos? Como a violência armada presente no cotidiano das favelas da Maré afeta as diversas dimensões da vida das mulheres que ali residem? Quais são as estratégias de proteção e cuidado desenvolvidas por essas mulheres?

¹⁴ O Conjunto de Favelas da Maré é atualmente ocupado por três grupos armados que exercem domínio bélico de maneiras distintas nas regiões que estão situados. Dois desses grupos exercem o comércio varejista de substâncias ilícitas e um deles é caracterizado como milícia. A Rua Ivanildo Alves é uma fronteira entre a ocupação dos dois grupos armados que comercializam essas substâncias e é marcada pelos confrontos entre esses dois grupos. A área ocupada pela milícia, nas favelas Roquete Pinto e Praia de Ramos, é separada do restante do território pela Avenida Brigadeiro Trompowski.



Para responder a estas perguntas, criamos uma estrutura de pesquisa em que as próprias mulheres vítimas de violência tenham agência sobre os caminhos metodológicos, em um processo colaborativo na produção de conhecimento que alia a investigação propriamente dita, o acompanhamento dessas mulheres e a promoção de espaços seguros e de cuidado – que abordaremos com mais detalhe no próximo tópico –, além do encaminhamento de demandas dessas mulheres para os serviços de atendimento psicossocial e jurídico que atuam na Maré.

Esta estrutura foi pensada com base na seguinte questão: Como podemos realizar o processo de pesquisa de forma curativa, e não dolorosa, para as participantes da pesquisa? Como articular o conhecimento e expressão corporal e verbal com as participantes? Pelas experiências compartilhadas na pesquisa, é possível perceber que o acesso a práticas de cuidado corporal permite que as mulheres falem mais sobre si e sobre como percebem seus corpos. Inclusive sobre as relações entre as sensações no corpo e o contexto social. Notamos também que seus corpos estão acostumados com movimentos rápidos e intensos, pela própria dinâmica de suas vidas e do território que habitam. Aprendemos que o vínculo entre as mulheres tem se estendido para além dos espaços que as reuniram na Redes da Maré, possibilitando o fortalecimento de redes de apoio comunitárias.

Através das estratégias de diálogo propostas, como rodas de conversa, percebemos a necessidade de criação de ambientes seguros em que as mulheres possam falar de suas dores e desejos. Outro ponto de aprendizado a ser destacado é que a violência armada atravessa cotidianamente a vida e o corpo destas mulheres, criando um ambiente de insegurança até mesmo dentro de suas casas. Mas também, e principalmente, é que essas mulheres são protagonistas de movimentos de resistência, estratégias comunitárias de proteção e cuidado e ações de enfrentamento às violências vivenciadas.



2.1 E COMO FOI FEITA?

Existem muitas formas de realizar uma pesquisa que busca entender como a sociedade funciona – o que conhecemos como pesquisa social¹⁵. Podemos refletir sobre as leis que já foram construídas ou sobre a quantidade de pessoas que foram hospitalizadas por sofrerem violência ou podemos conversar com as pessoas que vivem essa realidade. Há uma infinita gama de possibilidades e variáveis. Esta pesquisa foi construída a partir de um modelo metodológico que une a produção de conhecimento com mulheres acima dos 18 anos moradoras da Maré a uma intervenção¹⁶ sobre esta realidade.

Toda pesquisa realizada com pessoas intervém sobre a realidade de alguma forma, à medida que nos faz pensar sobre questões que estão no nosso cotidiano. Como esta é uma pesquisa que busca dialogar sobre situações de violência vivenciadas por mulheres de um determinado lugar, convidamos algumas delas a uma série de atividades que buscam também prevenir e cuidar dos efeitos dessas violências em seus corpos e sua saúde mental. Com isso, buscamos assegurar que o contato com essas questões fosse o menos danoso possível¹⁷ e que fortalecesse estratégias de enfrentamento às violências neste território.

¹⁵ Minayo, 2001.

¹⁶ Thiollent, 1986.

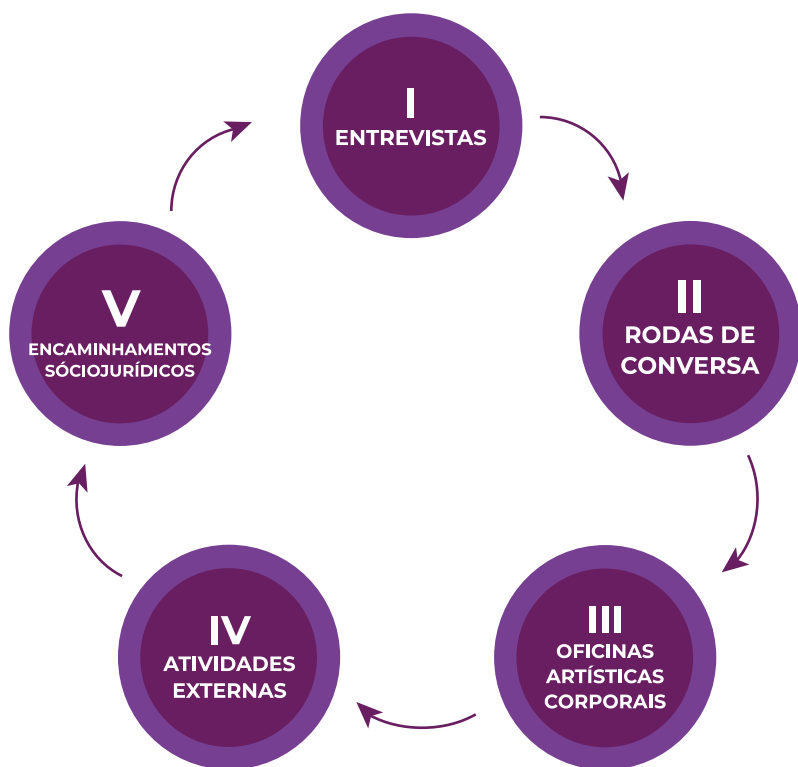
¹⁷ Tucky, 2009.

Apesar de abordarmos o tema da violência, o convite às mulheres que participaram da pesquisa não se deu por terem sido vitimadas por alguma violência, por considerarmos que tal vivência não representa a única razão necessária para que elas sejam notadas e/ou valorizadas. Dois motivos nos levam a ter esta postura: (I) Ao darmos importância a uma mulher unicamente por conta de uma violência que sofreu, iríamos limitar a visão e narrativa que a pessoa tem sobre sua própria história, podendo trazer também efeitos danosos a essa mulher; (II) O simples fato de se conviver com armas e com a iminência de operações policiais já é uma exposição à violência armada na vida de todo morador da Maré.

Nesta pesquisa que dança no ritmo e movimento das Marés, percebemos que a produção de conhecimento sobre violência e segurança pública não precisa ser enrijecida, estática e distanciada. Afinal, estamos falando de vidas. O cuidado pode ser um caminho para abordar a questão, seguindo no sentido contrário dos efeitos dessas violências, que são as dores, ausência de rede de apoio e sensação de insegurança.

Por isso, o trabalho foi desenvolvido através de dinâmicas com um grupo de 59 mulheres por mais de um ano – entre setembro de 2021 e novembro de 2022 – através das seguintes ferramentas metodológicas: **(I) Entrevistas; (II) Rodas de conversa; (III) Oficinas artísticas corporais; (IV) Atividades externas; (V) Encaminhamentos sociojurídicos para a rede de serviços do território.**

As mulheres foram convidadas a participar destas atividades através das redes sociais e de grupos de mulheres que já existiam na Maré, como, por exemplo, o Coletivo Mães da Maré¹⁸. Nem todas as mulheres quiseram ou puderam participar de todas as atividades, mas todas as mulheres que participaram das entrevistas estiveram presentes nas atividades de cuidado.



¹⁸ O Coletivo Mães da Maré é um grupo de mães de vítimas de violência do Estado residentes no Conjunto de Favelas da Maré. Este coletivo é acompanhado pelo projeto Maré de Direitos, do eixo Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça. O acompanhamento é realizado em três dimensões centrais: 1. Acesso à justiça e aos direitos; 2. Perspectiva de cuidado e atenção psicossocial; e 3. Direito à cidade. Participamos de reuniões do Coletivo Mães da Maré convidando-as ao projeto e algumas mães demonstraram interesse em participar das oficinas artísticas e/ou das rodas de conversa.

2.1.2. Oficinas artísticas

O objetivo destas oficinas é a construção de espaços seguros e de cuidado para as mulheres através de práticas corporais, coletivas e compartilhadas. Pela própria característica das manifestações artísticas, elas possibilitam o desenvolvimento de experiências individuais e coletivas, bem como expressões de conhecimentos trazidos pelas participantes¹⁹. Sendo práticas corporais, há a oportunidade de expressar sua existência através do corpo, algo que nem sempre é possível por outros meios, como a fala. Ou, indo além, a expressão através do corpo pode representar uma abertura para outros tipos de expressão. A arte em si desperta essas possibilidades de expressão, representação, identificação, contato com questões cotidianas, troca e empatia.



¹⁹ Poole, 2018.

As oficinas artísticas também se tornam mais um meio de explorar a relação entre corpo e território. Com a frequência de encontros, criou-se uma rotina de cuidado e contato com questões que nem sempre são refletidas no cotidiano. Principalmente pensando que as mulheres são, nesta sociedade, responsabilizadas pelo cuidado dos outros e nem sempre têm espaço para cuidar de si, a politização dos afetos²⁰ é uma importante estratégia de cuidado da sua saúde mental. Logo, as oficinas representam uma intervenção na realidade dessas mulheres e com essas mulheres. Assim como Conceição Evaristo fala que sua arte é um movimento de escrevivência, ou seja, uma escrita baseada em sua história e dores, mas também em sonhos e valorização de sua luta e trajetória pessoal e coletiva, o fomento do contato com a arte pode impulsionar formas de cuidado e proteção.

As oficinas artísticas aconteceram entre setembro de 2021 e setembro de 2022, oferecidas às mulheres maiores de 18 anos residentes do Conjunto de Favelas da Maré. Essas oficinas foram elaboradas nas modalidades de dança e yoga dance, e eram realizadas 4 ou 5 vezes por mês, às quartas-feiras. As facilitadoras foram Luciana Barros (yoga dance), Taís Almeida (dança) e Luana Bezerra (dança).

²⁰ Sisi, 2019.

Nem todas as mulheres acompanhadas pela pesquisa participaram das oficinas artísticas, pela falta de tempo ou até mesmo pela falta de afinidade com a proposta das oficinas. Mas isso não representou um problema, pois a importância das oficinas está na própria prática artística e por possibilitar um espaço de articulação e expressão dessas mulheres. As oficinas artísticas não são apenas uma ferramenta de pesquisa ou de vínculo com a instituição, mas de promoção de saúde.



2.1.3. Rodas de conversa

As rodas de conversas têm por objetivo discutir coletivamente as questões centrais para a pesquisa através da construção de um espaço seguro e de cuidado com as mulheres participantes, na perspectiva de promoção da saúde mental. A ideia é que este espaço promova também uma formação política e fortalecimento de projetos de vida dessas mulheres. Discutir suas vivências também através de seus desejos e sonhos é uma forma de romper com a perspectiva de que essas mulheres se limitam às violências sofridas²¹.

Dentre os membros da equipe de pesquisa, as responsáveis pela construção da proposta e execução da atividade foram Irone Santiago, Bruna Silva, Fabiana Freitas (Bibi Freitas), Rachel Gouveia, Debora Bastos e Isabel Barbosa. **A metodologia foi elaborada com a seguinte lógica:**

1. Apresentação da proposta e das participantes;
2. Intervenção da equipe de pesquisa;
3. Circulação da palavra;
4. Encaminhamentos coletivos para o próximo encontro.

²¹ Tuck, 2009.

Assim, a proposta era que as discussões sobre as temáticas centrais para a pesquisa fossem articuladas a partir da narrativa das mulheres presentes. Iniciamos sempre dialogando sobre a proposta da pesquisa de forma geral, da atividade em questão e da temática do encontro específico. Sinalizamos também sobre os aspectos éticos, compartilhando inclusive a co-responsabilidade com as mulheres presentes pela construção de um espaço seguro para todas.

A partir disso, as mulheres se apresentavam, trazendo questões que avaliavam como pertinentes e iniciamos a intervenção. Após a intervenção, finalizamos a atividade refletindo sobre o que foi sentido e pensado durante a dinâmica e questionando sobre os aspectos positivos e negativos do encontro, para que a equipe pudesse planejar a dinâmica do próximo.

As atividades propostas seguiram a técnica do psicodrama, buscando abordar as questões de maneira cuidadosa e segundo os limites de cada participante. O psicodrama utiliza-se de técnicas de improviso teatral para abordar questões individuais e coletivas de membros do grupo trabalhado. Embora seja uma técnica de psicoterapia em grupo, não a utilizamos nos encontros para fins terapêuticos, mas para fomentar o debate. Qualquer limite ultrapassado neste sentido foi mediado pela facilitadora das atividades, para que o grupo não se perdesse na abordagem e objetivo do encontro.

As rodas de conversa seguiram a seguinte programação:

1º ENCONTRO - Saúde mental das mulheres da Maré

2º ENCONTRO - Ser mulher na Maré

3º ENCONTRO - A violência armada e a política de guerra às drogas

4º ENCONTRO - Ancestralidade na Maré: diálogos entre gênero e raça

O trabalho com grupos demandou algumas atribuições para a equipe que ficou responsável pela intervenção: construir um espaço seguro e de cuidado; articular reflexões coletivas; consolidar um vínculo com o grupo; acompanhamento contínuo das integrantes; permitir a participação de todas; mediação de conflitos no grupo; e fortalecimento da autonomia das mulheres.

2.1.4. Entrevistas

Além dos espaços de troca coletiva, uma importante etapa da pesquisa foram as entrevistas individuais com as mulheres participantes. As entrevistas foram elaboradas, executadas e sistematizadas por Camila Barros, Isabel Barbosa, Rosana Morgado e Joana Garcia. Por ser um projeto de acompanhamento de um grupo de mulheres por cerca de 1 ano, dividimos as temáticas das entrevistas em duas abordagens.

A primeira buscou compreender as concepções individuais das mulheres em relação aos seguintes temas:

- (i) Dados socioeconômicos;
- (ii) Sua relação com o território;
- (iii) Sua relação com a família e sua rede de apoio.

A segunda abordagem teve como principais temáticas:

- (a) Situações de violência e discriminação vivenciadas;
- (b) Práticas de proteção e cuidado desenvolvidas ou acionadas.

Na primeira abordagem, não entramos nos pormenores da temática da violência e estratégias de enfrentamento, para evitar processos de revitimização neste primeiro contato. Foi importante estabelecer um vínculo onde a participante já estivesse inserida nas oficinas e nos me-

canismos de cuidado para adentrar nestas temáticas com profundidade. Foi incentivado que estas também fossem acompanhadas pelo atendimento psicossocial²² e jurídico da Redes da Maré²³, uma vez que participar da pesquisa poderia fazer com que estas mulheres entrassem em contato, novamente, com experiências de violências, traumas e dores em que o acompanhamento individual poderia ser importante.

2.1.5. Atividades de mobilidade pela cidade

Aliado a todo esse processo e compreendendo que a forma que a cidade se organiza cria fronteiras que impedem o acesso de muitos a diversos espaços urbanos, foram promovidas visitas com o grupo de mulheres participantes da pesquisa para a quatro locais na cidade do Rio de Janeiro: Centro, Ramos, Copacabana e Humaitá.

Ainda na perspectiva de viabilizar o acesso a expressões artísticas, assistimos espetáculos de dança e teatro, alguns dos quais tiveram no elenco mulheres moradoras da Maré. O objetivo foi fomentar mais um espaço de cuidado e troca entre as mulheres, mas também distensionar as fronteiras da cidade. Os espetáculos assistidos

²² A Casa das Mulheres da Maré, um equipamento da Redes da Maré elaborado para o fortalecimento das mulheres mareenses, oferece serviços de acompanhamento psicossocial, empreendedorismo e qualificação profissional em parceria com instituições como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

²³ O Maré de Direitos é um projeto do eixo Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça, da Redes da Maré, voltado ao atendimento sóciojurídico e psicossocial, buscando ampliar o acesso a direitos dos moradores da Maré e interferir nas práticas sociais dos órgãos de justiça.

tinham como temática: relação corpo/território; a relação entre a dança, cultura e territórios da cidade; a complexidade da estrutura social na intersecção entre gênero, sexualidade, raça, classe e território na trajetória de mulheres; questões ambientais; e a afirmação da mulher negra e periférica na sociedade brasileira.

2.1.6. Encaminhamentos sociojurídicos

Através do acompanhamento do grupo de mulheres participantes da pesquisa, algumas demandas sociojurídicas e psicológicas surgiram. Diante disso, nos articulamos com a rede de proteção e cuidado das mulheres do território, encaminhando e acompanhando o andamento dos casos. Os principais encaminhamentos estavam relacionados ao acesso à segurança alimentar, ao trabalho e renda, à justiça, à moradia, à educação e ao cuidado em saúde mental.



UMA PESQUISA QUE DANÇA

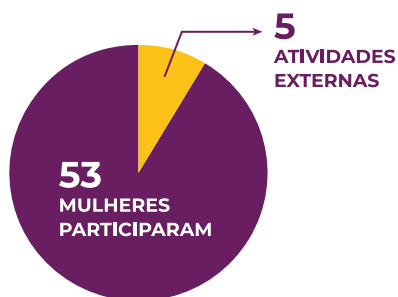
OS MOVIMENTOS DA MARÉ

A PESQUISA FOI REALIZADA ENTRE SETEMBRO
DE 2021 E SETEMBRO DE 2022

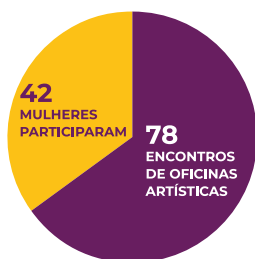


59 MULHERES
PARTICIPARAM DE
ALGUMA ATIVIDADE

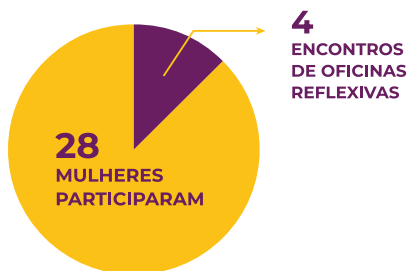
ATIVIDADES EXTERNAS



OFICINAS ARTÍSTICAS



OFICINAS REFLEXIVAS



15 ENCAMINHAMENTOS
PARA A EQUIPE DE ATENDIMENTO
SÓCIO JURÍDICO



3 GRUPOS DE MULHERES
PARA O FORTALECIMENTO DE MULHERES
ATRAVÉS DE ATIVIDADES DE PROTEÇÃO
E CUIDADO

2.2 PRODUZINDO CONHECIMENTO EM TEMPOS DE PANDEMIA

A pandemia de COVID-19 nos desafiou a pensar nossas práticas profissionais, comunitárias e afetivas. Levando em consideração que a pesquisa se iniciou em setembro de 2021, o contato com as mulheres se deu com atenção aos protocolos divulgados pelas organizações de saúde como a Organização Panamericana de Saúde (OPAS) e a Organização Mundial de Saúde (OMS), além de orientações passadas diretamente à Redes da Maré por consultoria da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). As medidas de biossegurança foram aplicadas em todas as atividades da pesquisa, para prevenir ao máximo a contaminação de COVID-19 no território e entre as participantes.

A equipe de pesquisa inclusive realizou conversas com as participantes sobre a importância dos protocolos de prevenção. O uso de máscara foi obrigatório em todas as atividades e foram disponibilizados álcool gel e máscaras. Além disso, o acesso à testagem para COVID-19 foi ampliado através do projeto *Conexão Saúde* da Redes da Maré²⁴.

²⁴ O Conexão Saúde foi um projeto da Redes da Maré em parceria com o Dados do Bem, SAS Brasil, FIOCRUZ, União Rio e Centro Comunitário de Manguinhos. Nele, os moradores da Maré tiveram acesso à testagem para COVID-19, consultas online e o isolamento seguro de pessoas contaminadas, que foram acompanhadas por uma equipe de saúde e tiveram acesso a kits de higiene e alimentação, para uma recuperação segura. Além disso, houve a divulgação de informações confiáveis sobre a pandemia, orientando os moradores sobre os métodos de prevenção e recuperação. Os familiares que perderam seus entes para o vírus também foram acompanhados pelo projeto.



O processo de mobilização para a vacinação foi um grande alívio para todos. Dentro da Maré, uma ação acelerou a imunização em massa dos moradores das 16 favelas: a campanha Vacina Maré²⁵. Esta foi uma articulação entre a Redes da Maré, a FIOCRUZ e a Secretaria Municipal de Saúde, junto a uma intensa mobilização comunitária para o pré-cadastro dos moradores que não estavam vinculados às unidades de saúde locais. Pioneira no Rio de Janeiro, a campanha alcançou cerca de 36 mil moradores em 6 dias de vacinação, entre 29 de julho e 3 de agosto de 2021. Com isso, após 12 semanas do programa, com a aplicação da segunda dose, **mais de 95% da população adulta da Maré estava vacinada.**

²⁵ Redes da Maré, 2021c.



Tudo isso permitiu que a pesquisa acontecesse com um risco menor de exposição ao vírus. Ao mesmo tempo, a maioria das mulheres participantes sinalizou que este foi o primeiro projeto presencial que participaram desde o início da pandemia. Traziam em seus corpos as dores da perda de algum familiar por conta da negligência do Estado quanto às políticas sanitárias necessárias ao combate contra a COVID-19. Algumas ainda sentiam o medo da crise econômica que se seguiu e seus efeitos em relação à insegurança alimentar. Mas no geral, todas estavam felizes por poderem retornar ao convívio e atividades diante de tudo o que passamos coletivamente, porém isolados.

O memorial de vítimas da COVID-19 nos lembra o que não pode ser esquecido: **as mais de 300 vidas perdidas na Maré.**

3. CONTEXTUALIZANDO O CONJUNTO DE FAVELAS DA MARÉ



LEGENDAS²⁶

1 Conjunto Esperança

Em 1982, uma intervenção pública federal na área da habitação, o Projeto Rio, construiu 35 edifícios na região, que receberam seus primeiros moradores.

2 Salsa e Merengue

Em 2000, este território foi ocupado através de uma intervenção pública do governo municipal, conhecido como Projeto Morar Sem Risco. Seu nome faz referência à telenovela Salsa e Merengue.

²⁶ Dicionário de Favelas Marielle Franco, 2021; Redes da Maré, 2019a.

3 Vila do João

Para receber os moradores que viviam nas últimas palafitas da Baixa do Sapateiro, foi construído um conjunto habitacional nesta região pelo Projeto Rio, em 1982. Seu nome homenageia o então presidente do regime militar, João Baptista de Oliveira Figueiredo, pois as casas foram construídas pela intervenção do governo federal.

4 Conjunto Habitacional dos Pinheiros

Em 1989, este território foi ocupado através de uma intervenção pública do governo federal, o Projeto Rio, construindo blocos de prédios às margens da Linha Amarela.

5 Conjunto Bento Ribeiro Dantas

Do outro lado da Linha Amarela, um conjunto habitacional foi construído em 1992 através de uma intervenção pública municipal conhecida como Programa Morar Sem Risco. Fazia parte deste projeto uma estética onde o tijolo e concreto apareciam. Seus primeiros moradores foram removidos de favelas sinalizadas como áreas de risco pela prefeitura.

6 Baixa do Sapateiro

Começam a se erguer, em uma área mais baixa e alagadiça ao lado do Morro do Timbau, as primeiras palafitas da região que seria conhecida como Baixa do Sapateiro. Ao longo do tempo, os próximos moradores começaram a aterrar a região e com a intervenção do Projeto Rio em 1980, as últimas palafitas são retiradas.

7 Nova Maré

O Projeto Morar Sem Risco constrói este conjunto habitacional em 1996, para abrigar moradores das antigas palafitas do Parque Roquete Pinto e do Kinder Ovo. Este projeto teve como estética a construção de casas com tijolos aparentes.

8 Nova Holanda

Em um aterro ao lado do Parque Maré foi construído um Centro de Habitação Provisório (CHP) com casas de madeira, pelo governo estadual, em 1962. Para estas habitações vieram moradores das remoções que ocorreram na Favela do Esqueleto, na Praia do Pinto, no Morro da Formiga e nas margens do Rio Faria Timbó. O projeto, porém, não continuou e os próprios moradores se organizaram para garantir as condições sanitárias e estruturais necessárias. Foi assim nomeada porque a Holanda era um país conhecido pelos aterros.

9 Parque União

Em 1961, este território foi ocupado de forma espontânea. Esta área foi loteada por um advogado que queria construir um bairro popular, fortalecendo o acesso à moradia aos trabalhadores de origem nordestina que migraram para o Rio de Janeiro. É hoje uma área bastante movimentada em relação ao comércio e gastronomia.

10 Parque Roquete Pinto

Os moradores começaram a aterrar uma área de manguezal às margens da Avenida Brasil e construir casas de alvenaria nesta região em 1955. Este solo já foi também base da Rádio Roquette-Pinto.

11 Praia de Ramos

A então conhecida Praia de Maria Angú foi ocupada por pescadores em 1962. Este território também sofreu uma intervenção pública do governo estadual para a construção de casas populares, a chamada Companhia de Habitação Popular (COHAB).

12 Parque Rubens Vaz

Em 1954, este território foi ocupado de forma espontânea. Seu nome é uma homenagem ao major Rubens Florentino Vaz.

13 Parque Maré

Seguindo a expansão das moradias, em 1953 este território foi ocupado pelas primeiras palafitas. Como era uma área mais próxima da Avenida Brasil, o acesso a entulhos para aterrar a área pelos próprios moradores era mais fácil. Também tem suas últimas palafitas retiradas pelo Projeto Rio em 1980.

14 Morro do Timbau

Território onde chegou a primeira moradora da Maré em 1940. Dona Orosina encontrou uma terra bonita entre mangues e ali construiu o primeiro barraco com seu marido. No mesmo ano foi inaugurada a Avenida Brasil, facilitando o acesso de outros moradores à região.

15 Vila dos Pinheiros

Em 1983, este território é aterrado pelo Projeto Rio, para ligar o restante da Maré à antiga Ilha do Pinheiro, hoje conhecida como Parque Ecológico da Maré Cadu Barcelos. Nesta região, foram construídos conjuntos habitacionais para abrigar os moradores das palafitas da Baixa do Sapateiro e Parque Maré.

16 Marcílio Dias

As primeiras famílias de pescadores ergueram palafitas nesta região antes conhecida como Praia das Moreninhas em 1948.

O Conjunto de Favelas da Maré é considerado um dos maiores espaços populares do Rio de Janeiro, formado atualmente por 16 favelas que, em 2013, contavam com cerca de 140 mil moradores, distribuídos em 47.758 domicílios, que ocupam uma área de 4,3 Km². Com essa configuração, a Maré é maior que 96,4% das cidades brasileiras. A consolidação da Maré se deu entre a década de 1940 e a década de 1980, marcada pelo fortalecimento da organização e iniciativa dos moradores e por programas habitacionais promovidos pelo poder público²⁷.

Sua geografia é atravessada pela Baía de Guanabara e três importantes vias expressas da cidade do Rio de Janeiro: Linha Vermelha, Linha Amarela e Avenida Brasil. A maior parte do território é contíguo, contudo, três favelas são separadas: Roquete Pinto e Praia de Ramos, separadas pela Avenida Brigadeiro Trompowski, e Marcílio Dias, apartado pelo complexo da Marinha do Brasil.

Na década de 1980, a Maré já era bastante populosa e extensa. Parte de sua área ganhou contorno oficial na cidade com a criação da Região Administrativa – ou, simplesmente, RA-Maré (decreto 6.011, de 4 de agosto de 1986). Sua delimitação foi oficializada dois anos depois, por meio do decreto 7.980, de 12 de agosto de 1988. Duas legislaturas depois, por meio da Lei Municipal nº 2.119, de 19 de janeiro de 1994²⁸, foi criado e delimitado o bairro Maré, correspondente a toda a extensão da RA.

²⁷ Redes da Maré, 2019a..

²⁸ Rio de Janeiro, 1994.

O bairro Maré se estende do Conjunto Esperança à Praia de Ramos, ao longo de favelas que faziam parte dos bairros de Manguinhos, Bonsucesso e Ramos. Todavia, sua delimitação não incluiu o território da favela de Marcílio Dias, situada em um dos extremos do chamado Complexo da Maré. Assim, quando se faz referência ao bairro Maré, a favela Marcílio Dias não é contada.

Marcílio Dias está localizada entre as passarelas 16 e 17 da Avenida Brasil, na Penha Circular, próxima do conhecido Mercado São Sebastião. Trata-se de território a cerca de 2.300 metros da Praia de Ramos. Em termos oficiais, esta favela não compõe o território da Maré, mas pertenceria ao bairro Penha Circular. No entanto, esta região teve um histórico de constituição comum às demais favelas da Maré. Por isso, considera-se que o conjunto de favelas da Maré é efetivamente composto por 16 favelas, incluindo Marcílio Dias.



Em relação à população, a presença de mulheres (51%) é superior a de homens (49%), não destoando do resto da cidade. Ao longo da infância, é possível identificar uma representação masculina maior, no entanto, a partir da adolescência, o contingente feminino predomina, o que sinaliza que “os óbitos vão incidindo mais precocemente sobre os homens do que as mulheres no decorrer da existência”²⁹.

Há diferentes perfis na identificação étnico-racial dos moradores, onde 62% se declararam como pretos ou pardos. O perfil étnico-racial varia também de acordo com as favelas. Nova Holanda apresenta a maior concentração de pessoas autodeclaradas pretas, enquanto o Morro do Timbau apresenta maior número de pessoas brancas, em comparação às demais favelas. A maioria das pessoas que moram na Maré - 62% - afirmam que vivem no local desde que nasceram, no entanto a presença de migrantes nordestinos é considerável.

²⁹ Redes da Maré, 2019a, p. 24.

4. COMO SÃO AS VIDAS DE MULHERES DA MARÉ?

Por Bruna Silva

A vida de uma mulher “mareense” é uma vida de muita luta, porque a própria favela é símbolo da nossa resistência na cidade. Da resistência de mulheres faveladas, sobretudo. Mas antes de falar de nós, queria me apresentar, porque a minha história se cruza com a história de muitas de nós. A minha história começa aqui no Conjunto de Favelas da Maré, na Vila dos Pinheiros. Me chamo **Bruna Silva**, tenho 38 anos de idade e de Maré. Sou mãe de um casal de filhos: Maria Vitória e Marcus Vinicius. Criei meus filhos do mesmo jeito que a minha mãe me criou, deixando os meus filhos brincando, vivendo naturalmente, estudando e com tarefas dentro de casa.

Eu e o pai deles sempre trabalhamos para educar e alimentar nossos filhos, até que um dia um tiro atravessou nossas vidas, deixando para trás um rastro de tristeza sem fim. Um tiro que para sempre tirou um filho de mim. Meu filho foi vitimado e morto pelo Estado do Rio de Janeiro. Meu filho Marcus Vinicius perdeu a sua vida nas ruas da comunidade usando roupa de escola e carregando sua mochila com seu material de escola que ele carregava todos os dias. Meu filho foi morto aos 14 anos de idade e não teve o direito à vida, porque o Estado o matou com um único tiro na lombar. Meu filho, um menino de 14 anos, não aguentou o peso daquele tiro.

Me lembro de ter chegado na Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24 Horas) da comunidade e lá encontrei meu filho me dizendo: “Mãe, não vai trabalhar. Fica comigo, mãe. A polícia não me viu com roupa e material de escola, mãe? O que foi que eu fiz a eles, mãe?”. Ali meu filho não acreditava que tinha sido o Estado a dar aquele tiro, afinal ele sempre soube o seu lugar na favela. Meu filho era uma criança que teve o seu direito à vida negado.

Meu filho também teve o direito à saúde negado. Quando estava baleado na UPA 24 Horas, teve que esperar bravamente por uma hora. Quando a ambulância chegou na Maré, os policiais a impediram de entrar. Uma hora depois, a ambulância voltou para resgatar o meu filho. O mesmo Estado que atirou, fez a ambulância voltar vazia, deixando para trás uma criança baleada e uniformizada, carregando o orgulho de toda mãe: uma mochila cheia de matérias de escola.

Hoje, eu sigo na mesma favela resistindo para existir. Lutando pelos direitos que ao meu filho foram negados naquele dia 20/06/2018. Ele me faz resistir, lutando por todas essas crianças que aqui ficaram hoje. Eu tenho a certeza de que o Estado não vai me tirar a minha única filha, Maria Vitória, de 15 anos, do mesmo jeito que tirou o irmão dela de mim, porque eu luto para que nós, mulheres da Maré, não sofremos mais com a perda dos nossos filhos. Hoje, através da minha perda, eu peguei para mim a luta por essas crianças que vivem na Maré. Hoje eu tento fazer a diferença, ajudo no que posso e no que não posso. Eu acredito que juntos somos realmente fortes. Eu acredito que uma Maré melhor é possível.

A minha história de vida, assim como a de muitas mulheres que vivem, trabalham, circulam e constroem o território da Maré, é marcada pela violência armada e a violência de Estado. O Estado me tirou o direito de criar meu filho e tirou o direito dele de construir seu futuro. Mas, assim como eu, são essas mesmas mulheres vitimadas que historicamente lutam pelo nosso direito a uma vida sem violência no nosso território. Seja através da luta política em movimentos nacionais e/ou comunitários, se envolvendo em organizações religiosas, se dedicando ao trabalho, ou, seja lá como for: nós resistimos. Termino meu relato convocando minha companheira de luta, Irone, para falar sobre o que é ser uma mulher mãe de vítima da violência de Estado e militante. Nós construímos formas de resistência, de existência, de enfrentamento e de cuidado. A Maré é de mulheres.



Assim como Bruna, eu também faço parte desta rede de mulheres mães da Maré que resistem. Sou **Irone Santiago** e já passei por muitas coisas na minha vida, mas o que mais me deu forças e me fez descobrir que eu era muito mais resistente do que eu imaginava foi o fato que aconteceu com meu filho, Vitor Santiago. E o que é resistência pra nós? Quando você nasce mulher favelada, você já nasce de uma resistência. E continua resistindo. E quando você passa por diversas situações como eu passei, isso pode te dar mais propriedade para ser mais resistente ainda, contra tudo e contra todos. Resistência é o meu nome.

Quando o exército ocupou o Conjunto de Favelas da Maré em 2015, o carro dele foi alvejado. Meu filho levou dois disparos de fuzil de um cabo chamado Diego Neitzke. Dos seis tiros em direção ao carro, dois pegaram no meu filho, e o deixaram entre a vida e a morte. Meu filho não é só uma vítima, mas também uma testemunha da violência de Estado.

E não só meu filho estava resistindo como eu também. Eu estava resistindo ali por ele, tomando conta dele para que não sofresse outras violações. Eu tive medo de acontecer outras coisas. Fiquei quase quatro meses dentro do Hospital Getúlio Vargas, lutando para que meu filho sobrevivesse. Resistindo a tudo e a todos ali dentro, porque a gente muitas vezes não é vista ou tratada como ser humano dentro de um hospital público. Então eu tive que guerrear dentro do hospital, a ponto de levar uma equipe de jornalistas para dar voz ao meu filho. Foi muito importante nesse processo que sua história fosse contada.



Então, a partir disso, começou a minha militância, o meu ativismo e a minha busca por justiça pelo meu filho. E eu comecei a ver a vida aqui na Maré com outros olhos e a perceber que as pessoas sofrem violações. Mas também percebi que as pessoas não falavam e não se posicionavam por um medo que as impedia de dar voz aos seus casos. Foi quando eu comecei a conhecer os movimentos sociais. Muitos movimentos sociais me procuraram e acolheram, como as Mães de Maio. E eu vi que não estava sozinha, porque existiam outras mulheres que lutavam e que estavam resistindo em todo esse processo contra a violência de Estado. E eu me embrenhei nesse caminho e permaneci, foi quando conscientemente eu construí o caminho da nossa resistência.

Eu entrei em todas as portas que me foram abertas nesse caminho. Eu falava e botava mesmo a cara, não importava o que fosse acontecer comigo. E fui ameaçada muitas vezes, mas isso não me calou ou me amedrontou. Mas foi um momento também de muito sofrimento e de muita dor, porque resistir é muito difícil, é um caminho muito complicado. Por isso eu entendo uma mãe que tem

o seu filho assassinado e não quer falar. Ela muitas vezes se isola, entra em depressão ou não fala. Eu entendo, porque cada um tem o seu processo para lidar com a dor. Também já conheci mães que se foram, morreram por não conseguirem resistir à dor da perda.

Quando eu reflito na minha trajetória de antes de entrar na militância e hoje, vejo uma grande mudança na minha vida em todos os sentidos, porque eu começo a entender meu lugar no mundo. Sou uma mulher que vive no meio de um patriarcado. Eu não percebia, eu não via tudo isso. A luta me permitiu crescer e me deu forças pra me tornar a mulher que eu sou hoje. Até mesmo a minha fala, eu percebo que vem mudando. Eu comecei a me permitir ser cuidada e entrar em um tratamento para minha cura, o que foi fundamental até mesmo pra minha luta, porque a dor nos faz querer só atacar. E cada vez mais eu aprendo com a Eliana Silva³⁰ que política não se faz com guerra. E pra você resistir, não precisa guerrear com ninguém. Muitas vezes o primeiro passo é guerrear consigo mesmo, quebrando toda essa construção machista e curando nossas dores, para seguir em frente. E assim, conseguir guerrear contra o sistema. A gente tem que estar preparado para lutar contra o sistema.

³⁰ Eliana Souza Silva é fundadora e diretora da Redes da Maré. Como moradora da Nova Holanda, participou de muitos movimentos comunitários em prol da moradia, saneamento e acesso a direitos na Maré.

Importante também foi eu estar de pé. Eu adoeci neste processo e fui pra luta mesmo assim. Mas percebi que eu precisava me cuidar, porque não adiantava eu estar de pé e de repente cair e não poder mais ajudar os meus filhos. Quando o meu filho voltou pra casa, eu me descobri como outra pessoa. Descobri que eu consigo lidar com a situação, que eu consigo fazer curativo no meu filho, que eu consigo passar sonda nele, que eu consigo trocar o lençol da cama dele... Isso pra mim também é resistir. Eu me descubro em todas essas faces e conseguir me ver foi a melhor delas.

Foi necessário eu parar dentro de um hospital para me dar conta dessas coisas. Eu tive um aneurisma no lado direito que tinha 3 centímetros e precisei operar às pressas a cabeça. Fiquei no CTI por um tempo e foi assim que eu comecei a me autoconhecer. Sete meses depois, descobri que eu estava com outro aneurisma no lado esquerdo com 2,9 milímetros. Dentro desse hospital, eu comecei a meditar sobre a minha vida, sobre tudo o que eu já havia feito. Assim, eu olhei pra mim e pra minha história e descobri que vivi um relacionamento abusivo de 40 anos. Se estar no hospital com meu filho me leva à lutar por ele, neste segundo momento me levou a lutar também por mim.

Nós, mulheres moradoras de favela, sempre estivemos à frente de lutas pela melhoria de nossa comunidade, inclusive em ações de enfrentamento à violência na Maré. A partir de Bruna e Irone, é assim que quero começar minha contribuição. Me chamo **Fabiana Freitas**, mais conhecida como Bibi no lugar onde moro, a Nova Holanda. Cresci vendo a Maré se tornar o que é hoje, das palafitas às casas de tijolo. E vejo que as mulheres da Maré estão sempre se movimentando pela melhoria da comunidade. E mesmo no contexto de violência armada, essas mulheres têm feito ações de enfrentamento a essa violência.

Em dia de operação policial, uma apoia a outra. A gente nem dorme, ficamos esperando o que vai acontecer, porque sabemos que a polícia não bate na porta. Quando eles não conseguem abrir a porta com a chave mestra, eles arrombam. Então ficamos alertas o tempo todo. E se percebemos que eles vão bater em alguém, nós intervimos na situação. Já aconteceu dos policiais quererem agredir um menino e não permitimos. Chamamos a mãe do rapaz, que buscou seus documentos para provar sua inocência. Estamos sempre provando nossa inocência como forma de nos proteger dessas abordagens, porque eles acham que todo mundo que mora na comunidade é envolvido com a criminalidade.



Também nos organizamos em situações de violência contra a mulher. Quando um homem está batendo em uma mulher, a gente sempre se junta para intervir e separar. Não deixamos a violência acontecer. Independente do motivo da briga, a gente tá do lado dela. Porque nada justifica a violência doméstica. Tudo isso mostra o quanto nossa comunidade é potente, mesmo com as dificuldades que vivemos.



Nossa trajetória é parte da história das mulheres da Maré. Somos tão mulheres quanto uma mulher que vive em outros locais da cidade, vivenciamos também os impactos do machismo e da violência de gênero. Mas, exatamente por estarmos em um território com a presença da violência armada, até mesmo essas relações mostram outras facetas. E isso diz respeito também à rede pública de proteção a essas violências, uma vez que algumas políticas públicas do Estado não entram em um território com a presença da violência armada. Como recorrer então aos mecanismos oficiais, como a delegacia da mulher? E mais do que isso, como buscar proteção nessa mesma polícia que entra de forma violenta em nosso território através das operações policiais?

Não podemos limitar essas mulheres às violências, dores e adoecimentos que passaram, pois, apesar de tudo, as mulheres criam caminhos. A luta política foi o caminho escolhido por Bruna e Irone, apresentado nos relatos com o qual iniciamos esta discussão. Bibi hoje se movimenta dentro de seu território à frente de ações comunitárias de enfrentamento à violência, seja esta violência armada ou violência contra a mulher. São múltiplas as formas de lidar com a violência que é a perda de um filho, reflexo direto da violência armada. Ou sobre outros impactos que afetem a vida social, profissional, afetiva, familiar ou comunitária dessas mulheres. Também existem outras formas de existir.



BRUNA SILVA



IRONE SANTIAGO



FABIANA FREITAS



Bruna Silva é uma mulher negra de 38 anos, moradora da Vila dos Pinheiros, uma das favelas que compõem a Maré. Bruna sempre foi uma liderança comunitária na luta por moradia e melhores condições de vida na região onde mora. Durante uma operação policial realizada pela Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, no dia 20 de junho de 2018, seu filho Marcus Vinícius foi alvejado a caminho da escola. Desde então, Bruna se envolveu com a Rede Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo do Estado e no Coletivo Mães da Maré, na luta por justiça pelo seu filho, para o acolhimento de mães de vítimas de violência armada e para que outras vidas não sejam interrompidas pela violência. Atualmente, Bruna é pesquisadora do projeto *Os Impactos da Violência Armada na Vida das Mulheres da Maré: gênero, território e prática artística* e mobilizadora comunitária do projeto Somos da Maré! Temos Direitos, acolhendo e dialogando com os moradores da Maré sobre o direito à segurança pública.

Irone Santiago é uma mulher negra de 58 anos, moradora da Vila dos Pinheiros. Ao longo da vida, morou em diferentes regiões da Maré, conhecendo as realidades deste conjunto de favelas. Durante a ocupação do exército brasileiro na Maré, na noite do dia 12 de fevereiro de 2015, seu filho Vitor Santiago foi alvejado por um agente das forças armadas, quando voltava para casa de carro com seus amigos, após assistir ao jogo do Flamengo. Ao ser atingido, Vitor ficou paraplégico. Irone lutou pela recuperação de seu filho, para provar sua inocência, por justiça e reparação pelo que ocorreu. Hoje, compõe a Rede Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo do Estado e o Coletivo Mães da Maré. Traz também como bandeira a luta das mulheres por uma vida digna, ao perceber que são muitas as mães e mulheres que ainda vivem cotidianamente os danos na violência. Irone é pesquisadora do projeto *Os Impactos da Violência Armada na Vida das Mulheres da Maré: gênero, território e prática artística* e mobilizadora comunitária do projeto *Somos da Maré! Temos Direitos*, acolhendo e dialogando com os moradores da Maré sobre o direito à segurança pública.



Fabiana Freitas é uma mulher negra de 47 anos, nascida e criada na Nova Holanda. Favelada de sangue, nasce em uma época em que a Nova Holanda era formada por barracos de madeira, vendo sua mãe carregando lata d'água na cabeça. Algumas experiências em sua vida lhe levaram ao sistema penitenciário, onde vivenciou muitas violências. Começa a trabalhar na Redes da Maré na campanha *Maré Diz Não ao Coronavírus*, experiência que marcou muito sua trajetória. Bibi é pesquisadora do projeto *Os Impactos da Violência Armada na Vida das Mulheres da Maré: gênero, território e prática artística* e mobilizadora comunitária do projeto *Somos da Maré! Temos Direitos*, acolhendo e dialogando com os moradores da Maré sobre o direito à segurança pública.



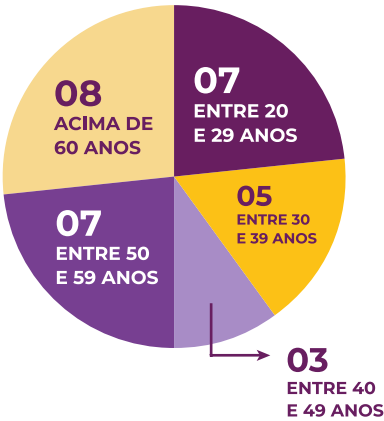
PERFIL DAS MULHERES PARTICIPANTES

Dentre as mulheres participantes, 30 aceitaram participar das entrevistas. Sobre essas mulheres que compartilharam mais diretamente suas trajetórias, coletamos alguns pontos de partida para entender essa realidade:

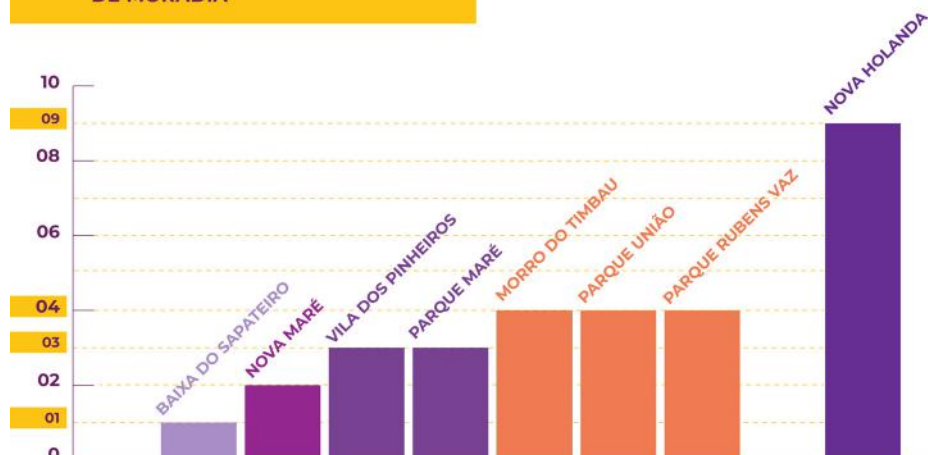
PERFIL ÉTNICO-RACIAL DAS MULHERES PARTICIPANTES DA ENTREVISTA



FAIXA ETÁRIA DAS MULHERES PARTICIPANTES DAS ENTREVISTAS



QUANTIDADE DE MULHERES PARTICIPANTES DAS ENTREVISTAS DE ACORDO COM O LOCAL DE MORADIA



01

BAIXA DO
SAPATEIRO

02

NOVA
MARÉ

03

VILA DOS
PINHEIROS

03

PARQUE
MARÉ

04

PARQUE
RUBENS VAZ

04

MORRO
DO TIMBAU

04

PARQUE
UNIÃO

09

NOVA
HOLANDA

Esse é um resumo da relação das mulheres participantes, que aceitaram participar das entrevistas de acordo com seu local de residência.

VIOLÊNCIA E
VIOLAÇÕES
VIOLÊNCIA E
VIOLAÇÕES
VIOLÊNCIA E
VIOLAÇÕES
VIOLÊNCIA E
VIOLAÇÕES
VIOLÊNCIA E
VIOLAÇÕES



5. COMPREENDENDO AS VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES DA MARÉ

As desigualdades impactam diretamente a vida das mulheres e as expõem a situações de violências estruturais e sistêmicas. As relações desiguais de gênero influenciam a vida das mulheres de uma maneira geral, pois independentemente do local de moradia, idade ou condição financeira, as mulheres continuam recebendo salários menores ou pouco reconhecimento em seu local de trabalho, ainda são as principais vítimas de violência doméstica e são as maiores responsáveis pelo cuidado dos familiares.

A realidade nos mostra que existem diferenças interseccionais nas trajetórias de mulheres. Uma mulher que mora na Maré tem o mesmo acesso à saúde ou à justiça, por exemplo, do que uma mulher que mora na Zona Sul? Uma mulher negra é tratada da mesma forma que uma mulher branca, mesmo que sejam moradoras do mesmo território? Uma mulher pobre tem o mesmo acesso à cidade do que uma mulher que possui uma renda fixa e estável?³¹

³¹ Gonzalez, 1984.

Ao longo do acompanhamento do grupo de mulheres realizado nesta pesquisa, algumas experiências atravessaram a vida de todas, outras foram vividas por algumas delas. Todas foram experiências que de alguma forma foram sentidas em seus corpos e mentes.

5.1 CARACTERÍSTICAS DAS VIOLÊNCIAS

Existem violências que chamamos de estruturais. O que é estrutural quando estamos falando de algo que acontece no nosso cotidiano? Algo que é social? Estrutural, nesse caso, está nos dizendo sobre o jeito com que as coisas acontecem e estão organizadas na nossa sociedade. O patriarcado é estrutural porque ao longo do tempo foram divididos os papéis dos homens e mulheres de uma forma desigual³². O racismo dá vantagens econômicas, afetivas e políticas aos brancos e desvantagens para as populações negras e indígenas³³. E estas violências estruturais marcam a vida das mulheres³⁴.

³² Saffioti, 1995.

³³ Almeida, 2018.

³⁴ Crenshaw, 2002.

Na pesquisa, ouvimos histórias marcadas pelo racismo. Uma mulher preta com idade acima de 60 anos relembra que na sua juventude foi perseguida em um comércio em um bairro próximo à Maré e se perguntou se aquilo havia ocorrido pela cor da sua pele ou pela forma que se vestia, “podendo parecer favelada” (Luz)³⁵. Ou no caso de uma mulher preta jovem que recorda de um episódio onde foi comprar uma roupa e “a vendedora só olhou pra mim de cima a baixo e disse: ‘olha, nossos valores aqui são muito altos, acho que não está na faixa de vocês’” (Marina). Essa preocupação e estigma deixa marcas sobre o corpo feninino negro³⁶.

³⁵ Todos os nomes de mulheres citadas são fictícios.

³⁶ “É uma coisa que eu evito até hoje, eu não gosto de entrar em lojas caras. Se eu vou no shopping, eu vou extremamente arrumada. Eu não gosto de mexer em nada dentro de loja, tudo o mais longe possível. Se eu tiver que mexer na minha bolsa, eu quero sair da loja, ir para um banheiro.” (Marina).

O racismo também estava presente quando uma mulher preta jovem, nascida e criada na Maré chega à universidade. E sente o primeiro impacto de não ver muitas pessoas com a mesma realidade que a dela. Sente a depreciação de seu território camuflado nas piadas de mal gosto de seus colegas de classe, que veem a Maré a partir das reportagens da mídia: um território violento³⁷. Vê que os conteúdos acadêmicos ainda ignoram a contribuição de uma parte importante da intelectualidade brasileira - a intelectualidade negra - o que comprova que o epistemicídio ainda é praticado nesses espaços. E que ainda há muito o que avançar para garantir a permanência de pessoas com mesma origem que a sua.

37 “Eu comecei a perceber que era uma pessoa periférica na faculdade. Eu acho que como eu estudei a vida toda aqui, com gente da gente, a gente não vê esse questionamento, porque todo mundo é igual. Por mais que nas escolas daqui tivesse gente do Timbau, e até gente de Bonsucesso, não tinha essa coisa. Aí, na faculdade eu comecei a sentir esse estranhamento. Acho que é porque a gente chegou em um lugar que não é nosso território, aí o pessoal fica ‘quem é essa pessoa?’, ‘é da favela’, ‘como assim da favela, gente?’” (Ursula).

A **homofobia** também foi lembrada como algo marcante na vida das mulheres LGBT que tivemos contato. Uma mulher homossexual, jovem e preta relata que, embora o medo de sofrer violência por este motivo seja menor quando está dentro da Maré, percebe que as pessoas criam conflitos com base no incômodo de conviverem com casais homoafetivos. São conflitos indiretos, mas com base na homofobia³⁸. Isso já desencadeou ameaças de morte com porte de faca.

³⁸ “[a pessoa] me chamou de careca, de safada, falou que eu não tenho vergonha na cara. Falou: ‘vocês ficam aí levantando bandeira, essa safada’. Nunca tinha trocado duas palavras com ela antes disso, a gente nem tinha uma bandeira aqui por falar nisso. Foi aí que a gente percebeu o que realmente estava acontecendo.” (Marina).

O medo de dialogar com a família sobre o seu desejo de se relacionar com outras mulheres também marca a trajetória de uma mulher jovem branca que tivemos contato. O risco de sofrer violência psicológica, violência física, expulsão de domicílio e a dependência financeira são algumas das causas que levam essa mulher LGBT a ainda não assumir e/ou viver sua sexualidade. Ou seja, as mulheres que expressam publicamente sua sexualidade se sentem um pouco mais seguras no território da Maré, mas aquelas que vivem em um contexto familiar conservador podem sofrer violências em decorrência da sua sexualidade, a ponto de algumas não praticarem uma relação afetiva-sexual com outra mulher.

Sobre as diferentes dimensões da **violência doméstica** (expressão da violência baseada em gênero), algumas mulheres jovens e maduras também relataram experiências anteriores de sua trajetória, como violências sexuais vividas na infância e adolescência³⁹. Nas experiências que compartilharam, essas violências foram praticadas por homens de sua família, por companheiros com quem se relacionaram afetivamente ou por patrões⁴⁰. Trazem em suas falas que essas violências causaram grandes danos para sua vida, autoestima, relação com o seu corpo e sexualidade.

³⁹ “Na minha adolescência, eu morava com a minha tia, e o filho dela me tocou sem eu querer, e essa violência que eu tive com o pai dos meus filhos. Tinha dia que a gente sentava e conversava, ele me abraçava, me amava, mas quando ele estava estressado, com problema da rua, ele vinha para querer fazer arruaça, descontar.” (Zida).

⁴⁰ “Eu já sofri assédio sexual. Na minha infância, quando eu tinha 11 anos de idade, porque criança sente. Um cunhado do meu pai. Eu só falei para a minha mãe com 50 e poucos anos. Eu fui assediada pelo meu patrão. Eu entrei com 17 para 18 anos para trabalhar, ele me assediou. Eu fiquei com medo de perder o emprego e fiquei. Ele queria que eu arrumasse o escritório dele, mas eu saí antes dele vir.” (Paula).

A **violência doméstica** foi destacada como uma experiência vivenciada por diferentes perfis de mulheres, sejam elas jovens ou maduras, sejam elas pretas, pardas ou brancas. As mulheres relataram que essas experiências trouxeram danos indiretos ao presenciarem sua mãe ou filha sofrendo esse tipo de violência ou por vivenciarem como adultas diretamente esta situação.

A violência que, por vezes, se iniciou com uma humilhação, gritos e ameaças foi se tornando uma quebra das coisas que tem em casa, um empurrão e cárcere privado, impedindo as mulheres de saírem de casa. Em alguns casos, essa violência tomou a forma de violência física, como esfaqueamento, espancamento e/ou até tentativa de homicídio⁴¹. Por fim, quando conseguiram se separar, duas mulheres pretas perceberam que foram difamadas pelo ex-companheiro, por vizinhos e familiares. Muitas mulheres se isolaram e silenciaram porque foram julgadas como se fossem culpadas pela violência que sofreram⁴².

⁴¹ *“Da última vez, quebrou os pratos, quebrou quase meia dúzia de pratos, quebrou o escorredor, chegou a abrir o armário para quebrar o resto das louças, foi uma situação bem tensa. Vivi sim violência, fora as outras situações que também vejo que eram violências.” (Luzia).*

⁴² *“Todo mundo perguntando o que estava havendo e eu ficava calada, não falava para ninguém. Hoje eu tenho facilidade em falar sobre essa situação, mas na época eu não falava.” (Betina).*



É importante entender como essas situações acontecem para conseguirmos percebê-las dentro de nosso trabalho ou em nosso território de moradia. Exatamente por acontecer dentro de casa, a partir de ameaças, isolamento e silenciamento, é dever de todos estarem atentos aos sinais e buscar acolher esta mulher ou menina como for possível. Ações que podem evitar que mais uma vítima de feminicídio entre para as estatísticas⁴³.

⁴³ Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022a), foram notificadas no Brasil 1,341 mulheres vítimas de feminicídio em 2021. Apenas no primeiro semestre de 2022, foram mapeados 699 casos de feminicídio, o que significa que neste período, 4 mulheres foram mortas por dia (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022b).

A **violência armada** impacta também sobre esta violência baseada em gênero. Quando a violência vem de algum membro dos grupos armados, as possibilidades de ação se limitam, uma vez que existe o poder bélico envolvido. Então, a quem recorrer nesse tipo de situação? Como se proteger de sua continuidade? Se este homem faz parte de um grupo que tem domínio armado sobre o território, como atuar frente à violência de gênero?

O poder bélico exercido pelos agentes de segurança pública também é algo que impacta na vida dessas mulheres. Apesar de as operações policiais provocarem pavor e atingirem a todos os residentes e pessoas que circulam pela Maré, homens e jovens negros estão em situação de maior risco, sendo alvos preferenciais dos conflitos armados⁴⁴.

⁴⁴ Redes da Maré, 2016; 2017; 2018; 2019b; 2020; 2021b; 2022a.



As mulheres da pesquisa também foram atingidas, principalmente pela *violência policial*, quando tiveram suas casas invadidas, quando temeram pela segurança de seus/suas filhos/as e netos/as e especialmente por já terem perdido filhos durante estas operações⁴⁵.

⁴⁵ “Eu passei uma vez com o meu filho mais velho, eu estava dormindo no meu quarto e os meninos nesse quarto aqui, meu filho ainda era vivo. Teve operação, os policiais abriram o portão, entraram na minha casa e eu não escutei. Os policiais entraram no quarto, meu filho deveria ter uns 14 anos, estava dormindo na cama de cima. Eles puxaram a coberta dele. Ele dormindo, achou que era eu e puxou de volta, os policiais puxaram umas três vezes, por fim, o polícia encostou o fuzil na cabeça dele. Quando ele sentiu o fuzil, ele abriu o olho, os policiais trouxeram ele para perto da mesa, e botaram a faca em cima.” (Zélia).

É possível identificar o medo nas mulheres principalmente pelo outro, um irmão, um filho, ou algum parente normalmente do sexo masculino e negro. A mulher que é colocada muitas vezes também no lugar de cuidadora, de estar sempre atenta ao cuidado da família e por isso se afeta e sente o medo também pela perspectiva do outro. Uma mulher jovem parda retrata muito essa preocupação ao dizer: “*Eu temo mais pelo outro do que por mim*” , “*Eu temo muito isso. Porque ele tem a pele mais escura...*” (Leila).

As mulheres que moram sozinhas sentem muito medo de terem suas casas invadidas e serem assediadas sexualmente ou financeiramente. Aquelas que moram com mais pessoas, temem pela vida dos seus, seja dentro da própria casa ou se eles estão em trânsito pela cidade a caminho de casa. Assim, também ficam acordadas e em contato constante para de alguma forma assegurar suas vidas. Algumas mulheres também comentaram sobre danos nas suas residências por tiros. O assédio e perseguição em abordagens policiais em ruas no seu trajeto de casa também foi uma situação vivenciada dentro do grupo acompanhado⁴⁶.

⁴⁶ *“Eu tenho medo da polícia também, não vou mentir. A polícia outro dia me parou bem ali perto de onde eu morava.” (Úrsula).*

5.2 IMPACTOS DA VIOLÊNCIA SOBRE A VIDA E CORPO DAS MULHERES

O que acontece com o corpo das mulheres após intervenções policiais com mais de 18 horas de duração? O que acontece no corpo quando a operação policial se inicia e quando acaba? Como fica o corpo quando o helicóptero vai embora e o barulho do motor do caveirão transita e cumpre seu trajeto? Quais os sintomas psicossomáticos registrados no corpo das mulheres da Maré pós violência?

A política de segurança (ou insegurança) pública muda todo o cenário e rotina do corpo em dias de operação policial. O barulho nas ruas não é mais das crianças, o cheiro da favela não é mais do pão da padaria, mas da fumaça dos fogos. O corpo é surpreendido e entra em estado de alerta, porque o despertador é o som do helicóptero que sobrevoa a casa atravessando o corpo, o psicológico e o emocional. O som do helicóptero e do caveirão passa a ser a trilha sonora da favela, um clima de terror que não parece incomodar o restante da sociedade. E a dança que o corpo do morador é convidado a dançar é uma dança da impotência, do medo, da aflição, do enjoo e da ansiedade que grita.

Tudo começa a ficar bagunçado por dentro, o corpo paralisa, fica estremecido, assustado, com raiva e em extremo desespero. Um corpo que vibra internamente no mesmo ritmo da música produzida pelos sons do helicóptero e do caveirão. Não há lugar seguro, sair de casa pode significar ser atingido e ficar em casa é o risco de ser testemunha de violações que começam na invasão ao domicílio. O registro é o que fica reverberando no corpo após dias, o medo de sair na rua, a preocupação de saber se todos estão bem, a lembrança e ativação muscular quando se ouve qualquer som parecido com o helicóptero. O corpo já comunica avisando que registrou, que ficou arquivado na memória muscular.

E o palco para isso acontecer é no território delimitado dentro de casa. O trajeto que esse corpo faz nessa dança é, por vezes, mudar de um cômodo para o outro na busca por segurança. Essa dança tem respiração, tem pausa. A dança começa pela cabeça completamente mexida e pelas movimentações aleatórias. É o corpo buscando recursos para se proteger e reagir à situação de insegurança.

Ao transitar pelas ruas para ir trabalhar, estudar ou se deslocar para outro local, algumas das mulheres são abordadas e interrogadas sobre sua vida, sua índole e seu trajeto. Se buscam intervir em uma abordagem violenta sobre outra pessoa, são xingadas, ameaçadas de morte e estupro. Seu cotidiano é modificado e neste momento, até mesmo a cor da roupa que usa é motivo de suspeita⁴⁷. Como fica esse corpo ao ser objeto da política de segurança pública e não sujeito de direito à segurança pública?

47 “Quando eu trabalhava no aeroporto, tinha que sair 5 horas da manhã, porque eu tinha que chegar às 6 no Galeão. A polícia estava fazendo uma operação aqui, de madrugada e a minha roupa era toda preta, e durante o dia a gente anda no meio da rua, mas de madrugada a gente anda pelos cantos. O policial apontou o fuzil na minha cara. Me perguntou porque eu estava de roupa preta, mas era meu uniforme.” (Darcy).

A **violência armada** causa adoecimento físico em muitas dessas mulheres. Desenvolvimento de hipertensão, diabetes, síndrome do pânico, transtornos alimentares ou de dores que sentem no corpo e se agravam de tal forma que impactam também na sua mobilidade corporal. São corpos com movimentos tensos e agitados, sintomas de situações vivenciadas.

Mudanças no trajeto para evitar encontrar membros de grupos armados ou agentes de segurança pública foi um impacto dessas situações sobre o cotidiano das mulheres⁴⁸. Escolher por quais caminhos vai trilhar para evitar o contato com a pessoa que lhe violentou também é uma realidade para os casos de violência de gênero⁴⁹. Mostrando que a violência não se esgota no ato.

⁴⁸ “Sim... o caminho. Quando tem operação, a gente não sai de casa e às vezes tem que mudar todo o nosso trajeto. A minha filha perdeu a parte da manhã, não conseguiu chegar no estágio, ficou presa em casa. Depois levei ela para a Avenida Brasil. Essa mudança, a gente fica tenso (Rose).”

⁴⁹ “Mudava até de caminho, para não encontrar com meu ex- marido.” (Zélia).

5.3 IMPACTOS DAS VIOLÊNCIAS SOBRE A SAÚDE MENTAL DAS MULHERES

É histórico que o sofrimento mental seja considerado como menos importante ou frescura de quem está pedindo ajuda. Mas são problemas reais que afetam a vida de muita gente, principalmente daqueles que já sofreram algum tipo de violência. E se formos pensar em mulheres faveladas e pretas, essa situação é ainda mais grave, não só pelo sofrimento em si, mas porque ainda são dores menos-prezadas pelo restante da sociedade⁵⁰. Essa população sempre foi desumanizada na história do Brasil, consideradas mulheres mais fortes ou simplesmente *criminalizadas* em suas dores⁵¹.

⁵⁰ “A mulher lá da Clínica da Família me disse: ‘quem precisa de remédio é quem tá doente, você não tem nada.’” (Zélia).

⁵¹ “Eu deixo de ter acesso a muitos serviços que eu tenho; tanto por questões financeira, mas também por nunca saber se eu vou ter minhas questões devidamente compreendidas, tanto por ser mulher, como por ser lésbica e por ser uma mulher negra. E a gente sabe das dificuldades que a gente tem até mesmo no acesso médico, questões de achar que a gente suporta mais dor, entre outras coisas. A gente sabe muito bem de onde vem esses achismos.” (Marina).

A violência, seja física, psicológica ou moral, causa adoecimento mental. Abordar essas experiências pelo cuidado foi um dos principais objetivos deste projeto. Estar exposta à situação de violência armada, por si só, traz uma série de rebatimentos em nossa saúde. *Agitação, estado constante de alerta, interrupção da rotina e estresse* são alguns dos seus sintomas⁵². Quadros que podem se desenvolver para *depressão, ansiedade e síndrome do pânico*.

⁵² “Olha, vou te falar, a violência armada me deixa apavorada, tanto fora da operação quanto dentro da operação. Porque às vezes você está na porta da sua casa sentada e de repente os meninos passam com aquelas armas enormes, isso deixa a gente com um pouco de medo. Não vou dizer que eu não tenho medo, eu tenho pavor. Você pensa que está acontecendo alguma coisa, você tem medo de uma arma disparar, de repente. [...] Agora quando existe a operação policial, aí é que o pavor aumenta. Porque a gente sabe que os policiais dão tiro a esmo. (Lola)”.

A *sensação de impotência* e o *silenciamento* marcam parte das histórias narradas pelas mulheres. Como se proteger se o autor da violência tiver uma arma, seja ele um integrante dos grupos armados ou um agente de segurança pública? A quem recorrer em situações de violência contra a mulher? As medidas de proteção, como a Lei Maria da Penha, tem efetividade neste território?

O sofrimento das situações vividas impactou o estado emocional dessas mulheres de muitas formas. Houve casos de violência sexual que causaram efeitos tão danosos que uma mulher jovem parda recorreu a uma *tentativa de suicídio*. Casos de violência doméstica também *impactaram na autoestima* dessas mulheres, causando quadros depressivos e de isolamento⁵³. Muitas sentem que perderam parte da vida se dedicando a relacionamentos em que eram desrespeitadas.

⁵³ *“Dentro do meu casamento fui exposta. Meu ex-marido com raiva, porque não queria que eu estudasse e trabalhasse, as pessoas perguntavam por mim e ele dizia que eu estava no motel com amante, eu trabalhando, estudando. Por causa disso, as pessoas vinham me perguntar e falavam que ele estava falando. Aquela violência me atingiu de tal forma que eu entrei em depressão. Cheguei a pesar quase 40 quilos” (Betina).*

A *culpa* por situações de violência vividas também marca a narrativa de muitas mulheres. E esta culpa não é um processo individual, pois muitas delas ouviram que se estivessem agindo de outra forma, não teriam vivido essas experiências. Essa é uma realidade também muito forte para as mães de vítimas de violência armada, que são sempre questionadas acerca dos motivos que levaram o seu filho a morrer daquela forma. Esse é um dos múltiplos impactos sobre as mães e familiares de vítimas de violência armada, como veremos no próximo tópico.

5.3.1 A vida com a perda causada pela violência armada

“Me ajude a gritar nesse caco, pois eu nunca mais vou ser a mesma” (Zélia) foi uma frase dita por uma mãe em uma de nossas atividades. Não é possível mensurar a dor de uma mãe que enterra seu filho⁵⁴. Ainda mais quando essa morte ocorre de forma violenta.

54 “Estou vivendo pela graça de Deus e pelos orixás. Eu sou uma mulher morta, minha aparência por fora é uma coisa, por dentro é outra, morta. [...] Eu me sinto uma mulher sem... para mim eu não existo mais, eu sou uma mulher morta. [...] Porque eu sou mulher de brilho, mas meu brilho está apagado desde que meu filho morreu, para mim nada importa na vida mais.” (Dete).



No dia 04 de novembro de 2022, foi inaugurado um Memorial às Vítimas de Violência Armada na Maré, projeto do Eixo Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça da Redes da Maré. Um muro repleto de azulejos pintados com os nomes daqueles que foram vítimas de morte violenta, as mais de 120 vítimas de violência armada mapeadas. Os desenhos e mensagens deixadas pelas pessoas próximas, junto à carta manifesto do Coletivo Mães da Maré, não nos deixam esquecer dos rastros deixados pela violência armada. Este mural está localizado na Rua Ivanildo Alves, uma região conhecida pelos confrontos armados.



O direito à memória é mais um dos direitos violados quando se perde um familiar por causa da violência armada. Além das dores da perda, do reconhecimento do corpo, do sepultamento⁵⁵, essas mulheres ainda veem a memória de seus filhos ser depreciada na mídia hegemônica. O noticiário expõe o rosto de seus filhos, colocando sempre em cheque sua inocência, como se as mortes fossem justificadas em caso de envolvimento com o tráfico de drogas. Um sentimento de injustiça e revolta marcam a vida após a perda pela violência.

⁵⁵ “Fui mãe e pai. Quando eu perdi o meu filho, eu o perdi e eu não pude chorar, eu que tive que resolver tudo. É difícil para uma mãe perder um filho e ainda não poder chorar, porque é ela que tem que receber... tem alguém que pula na frente para resolver.” (Zélia).



A reatividade frente a esse sentimento de revolta foi um dos primeiros sintomas que as mulheres sinalizaram sentir após a situação de violência. Algumas mulheres mães dizem que aos poucos vão conseguindo lidar de outras formas com a raiva que sentem. Outras buscam por provas que demonstrem exatamente o que aconteceu, para limpar o nome de seus filhos ou para identificar quem os executou. Uma busca por justiça.

A participação em organizações de luta política ou de base comunitária é uma das formas de lidar com o ocorrido. Outras trabalham para manter a mente ocupada⁵⁶. Essas mães dizem, de forma muito comprometida, o quanto estão se movimentando para a mudança da realidade para que nenhuma mãe precise enterrar seu filho pela violência. Ou simplesmente querem melhorias para sua comunidade. E esses também são espaços onde todas se reúnem para se acolherem e fortalecerem.

⁵⁶ “Hoje trabalho, mantenho a minha mente ocupada para não ter que parar à toa e ficar dentro de casa sozinha, para poder me manter em casa e não ficar me lembrando de nada.” (Betina).

As datas comemorativas ganham outro significado em suas vidas, pois seriam estes os momentos de reunir os membros da família. Como não ver o movimento das outras famílias e não sentir a falta? As datas de aniversários, dia das mães, dia dos finados e dia do óbito são particularmente difíceis, momentos do ano com forte apelo familiar. Datas relacionadas ao movimento do nascimento, da vida e da morte.

Muitas buscam resgatar as últimas memórias com seus filhos. Falaram com detalhes sobre a semana do ocorrido, do clima da comunidade no dia, da roupa que seu filho usava antes de sair de casa, de suas últimas palavras. Muitas precisaram segurar o choro para dar assistência aos que estavam ao seu redor, pois *“não tinha tempo para enterrar minha dor, não tinha tempo para chorar”* (Zélia). Outras se calam sobre o que viveram, buscando esquecer. Outras buscam trabalhar para ocupar suas mentes.

Seguir com o cotidiano é um desafio, muitas vezes. Seus filhos cresceram, brincaram, circularam e fizeram amizades naquele território onde suas mães permaneceram. E alguns pontos desse vasto território que é a Maré trazem marcas dessas memórias. Encontros com amigos, familiares e profissionais que viram seu filho crescer

é sempre revisitar essas memórias. Esses pontos e encontros têm também diferentes significados para as mães: umas sentem como um dedo na ferida, outras como uma forma de ainda ter contato com o que seu filho foi em vida.

Os sentimentos transbordam para o corpo físico, muitas vezes. Sensação de desnorreamento ao andar na rua, dificuldade de concentração, confusão, falta de ar, agitação, estresse, estado de alerta constante, hipertensão, síndrome do pânico, depressão. Não queremos listar cada adoecimento, existem estudos e profissionais voltados para isso. Mas, pelas suas próprias palavras, diante da perda, as mães estão *“tentando colocar alguma coisa no lugar”* (Zélia). Fortalecer essas mulheres é uma política de direito à vida. Às suas vidas.



MARÉ DE
MULHERES

MARÉ DE
MULHERES

MARÉ DE
MULHERES



6. O TERRITÓRIO COMO MAPA AFETIVO DAS MULHERES DA MARÉ

A cidade tem uma influência importante na relação das mulheres com seus corpos. A organização do território influencia todos os elementos que compõem a conformação dos corpos⁵⁷ das mulheres. Afeta como as mulheres veem a si mesmas e aos outros. Afeta como as mulheres se movem, para onde se mudam, onde encontram conforto e segurança, como se alimentam, como cuidam de seu corpo, como se exercitam, como cuidam dos outros. É uma relação corpo-território.

Na Maré, a iminência de operações policiais violentas tem um efeito importante sobre os corpos dos moradores. Viver sob a constante ameaça de erupções de violência contribui para a tensão, ansiedade, depressão e outros problemas de saúde mental. Estes não são apenas problemas da mente, mas são expressos em como as mulheres sentem seus corpos e cuidam de seus corpos.

⁵⁷ Grosz, 1998.

Neste tópico, vamos dialogar resumidamente sobre a relação das mulheres com a Maré e com os outros territórios da cidade do Rio de Janeiro. Qual a visão que as mulheres têm do seu território de moradia? Se sentem seguras onde moram? E fora da Maré, como se sentem? O que temem ao transitar pelas fronteiras da cidade?



6.1 A MARÉ DE MULHERES

A relação das mulheres que participaram da pesquisa com o território da Maré é marcada por inúmeros sentimentos, por vezes contraditórios. A relação das mulheres com o local onde cresceram e/ou moram transita entre a sensação de insegurança causada pela violência armada e o sentimento de pertencimento e afetividade pelas relações que criaram no território. E entre as mulheres, também encontramos diferentes relações de pertencimento e segurança com o lugar em que habitam e constroem.

As fronteiras da cidade do Rio de Janeiro também demarcam a existência das mulheres. Quando questionadas sobre como se sentem ao chamar a Maré de favela, por exemplo, as respostas são fruto dessa relação. Uma parte das mulheres de diferentes perfis etários e étnico-raciais relataram que não se sentem confortáveis de chamar o lugar onde moram de favela, porque percebem que a favela é vista de uma forma negativa pelo restante da sociedade, como um lugar insalubre, violento e sem cultura⁵⁸. Essa visão que

⁵⁸ *“Falam mal da comunidade e eu já digo logo que moro em uma comunidade, mas vamos abrir umas aspas aí. Não é o lugar que faz a pessoa. É a pessoa que faz o lugar. Eu falei para vocês que nem todo mundo é marginal. Então, assim, eu ando de cabeça erguida porque eu não incomodo ninguém. Eu falo mesmo. “Mora onde?” Na comunidade. Agora, já falo na Maré. Então, hoje eu não tenho essa vergonha, entendeu? (Renata).”*

se tem sobre a favela, inclusive, já impactou suas vidas em processos seletivos e em olhares depreciativos de pessoas que não vivem sua realidade. Assim, uma maneira de conseguir emprego e de se proteger de ações discriminatórias é dizer que moram em Bonsucesso, um bairro localizado ao lado da Maré.

Estas mulheres que não se identificam com o termo “favela” têm preferência por chamar a Maré de “comunidade”. Encontramos esse tipo de resposta majoritariamente em mulheres maduras, de diferentes perfis étnico-raciais. Na visão dessas mulheres, faz mais sentido porque a palavra “comunidade” está associada a laços de solidariedade e coletividade. Para elas, a Maré é feita de pessoas que compartilham de uma mesma realidade e que por muitos momentos se ajudam, como ocorre quando vizinhos cuidam dos filhos uns dos outros para que os pais possam trabalhar ou ficam atentos para o caso de agentes de segurança pública cometerem alguma violação na residência dos moradores.

No grupo que acompanhamos, conhecemos também mulheres que se identificam e muitas vezes se orgulham de serem faveladas. A favela, para estas mulheres, em sua maioria jovens ou com envolvimento com movimentos sociais e comunitários, tem um significado de resistência e potência, diante de todo o histórico de luta e melhorias conquistadas para este território. Essa perspectiva é provocada também por experiências que estas mulheres tiveram em espaços de reflexão política crítica sobre direitos humanos.

Quando pensamos sobre a sensação de segurança dentro do território, as mulheres em geral relatam que se sentem seguras por conhecerem o território e seus moradores⁵⁹, apesar de não se sentirem confortáveis com a existência de grupos armados. Ou seja, não há um processo de naturalização em relação ao domínio armado desses grupos no território.

⁵⁹ “[Aqui] a gente sabe dominar... um caminho para a gente não acontecer essas coisas.” (Zida).

Em relação a isso, uma mulher madura parda e uma mulher adulta branca dizem que não se sentem seguras em seu território e até evitam sair de casa⁶⁰. Quase a totalidade das mulheres que tivemos contato sinaliza que tem receio de circular pela Rua Ivanildo Alves, região de fronteira entre territórios ocupados por diferentes grupos armados, onde periodicamente ocorrem confrontos armados.

⁶⁰ *“Evito ficar saindo muito à noite. Ultimamente eu saio de casa quando é alguma coisa importante. Minha filha vai fazer um evento, aí a gente é obrigado a estar com ela. Alguma festinha de família eu só vou se for aqui perto. Mas ficar indo para lugares, ficar exposta eu tenho muito medo.” (Lola).*

As operações policiais são motivo de medo para todas as mulheres participantes. São situações que ocorrem de forma imprevisível, pois nunca se sabe o momento exato que irá ocorrer e a forma de atuação dos agentes de segurança pública. Uma mulher preta demonstra em sua fala a revolta de muitos moradores em relação aos abusos de autoridade, as violações e as discriminações cometidas pelas polícias dentro da favela⁶¹.

⁶¹ *“Desde o momento em que violam o nosso direito de ir e vir, violam o nosso espaço, nossas casas e também o território onde moramos, que não é respeitado como território comum, fazendo parte da sociedade. Eles acham que dentro da favela não pode existir respeito, tanto de uma parte quanto de outra, para mim, isso já é violência. Essa diferença de tratamento para com os moradores de território de favela acaba fazendo com que haja uma revolta dos moradores, querendo saber o porquê dessa violência.” (Betina).*

As mulheres LGBT que tivemos contato relataram que conseguem transitar e demonstrar afeto com mais tranquilidade dentro da Maré, apesar de perceberem que os ataques homofóbicos ocorrem de forma indireta. Isso ocorre quando percebem que o incômodo com sua existência vem através de conflitos por outros motivos, como questões cotidianas entre vizinhos, como trouxemos anteriormente.

Em contrapartida, as mulheres sentem que existem espaços de apoio e proteção no território. Citam como locais de referência para o enfrentamento à violência na Maré as organizações da sociedade civil, como a Redes da Maré, nos serviços disponibilizados pelo projeto Maré de Direitos, pela Casa das Mulheres da Maré⁶² e na própria pesquisa Os Impactos da Violência Armada na Vida das Mulheres da Maré.

⁶² “A Casa das Mulheres, me acolhe com as psicólogas, procurei fazer cursos, o espanhol já fazia aqui muito antes do que eu tinha passado. Faço esse curso de gastronomia, faço ioga!” (Luzia).

Um sentimento de afetividade em relação à Maré marca grande parte da narrativa das mulheres, sempre marcadas por histórias dos tempos das palafitas, das relações comunitárias e dos serviços de esporte, lazer, cultura⁶³ e atendimento sociojurídico existentes. Mas algumas mulheres desejam morar em outros locais da cidade, por conta da insegurança causada em operações policiais⁶⁴.

⁶³ *“Eu acho que sou muito mais privilegiada. Gente, onde que vou poder ir para Vila Olímpica com zumba, com tudo? Tem gente que tem inveja disso. Tem gente que mora em Vicente de Carvalho, perto do shopping e diz: ‘Poxa, tu faz isso?’, ‘Faço, faço zumba, alongamento, faço um monte de coisa’. Aí a menina falou: ‘Você que é rica e não sabe.’” (Rose).*

⁶⁴ *“Eu queria ir embora daqui. Depois que eu perdi o meu filho, eu tenho muito medo de operação, eu tenho muito medo. Meu outro filho não fica sozinho, não, quando tem operação, ele tem um medo danado. Ele é preto, filha.” (Zélia).*

6.2 SER MULHER DENTRO E FORA DA MARÉ

Foi possível observar que as mulheres estabelecem uma distinção entre como é estar e se sentir fora da Maré e dentro do território. O sentimento de segurança quando estão na Maré⁶⁵ é confrontado com a insegurança de não saber quando haverá operação policial, momentos em que se sentem absolutamente desprotegidas e vulneráveis.

⁶⁵ *“Não na Maré. Ninguém mexe comigo, mesmo se eu andar aqui de madrugada.” (Betina).*

Em geral existe um medo sobre o que pode acontecer, pois é sempre imprevisível os rebatimentos de uma intervenção policial militarizada. Algumas mulheres relataram no primeiro momento que não ficam nervosas porque já passaram por situações piores em relação à violência armada no território. Trazem o fato de que antigamente havia uma quantidade maior de operações policiais, que ocorriam uma ou duas vezes por semana. Uma mulher preta e jovem compartilhou como se sente em meio ao conflito armado: *“Dá um tiro, parece que tá acertando na gente” (Zida).*

Muitas relatam que têm medo de suas casas serem invadidas, que têm que alterar o trajeto de trabalho por conta da operação^{66 67}, sentem medo por elas ou pela possibilidade de alguém de sua família ser atingido por algum disparo⁶⁸. O sentimento frente às ações do Estado é citado por elas como o tratamento diferente dado pela polícia dentro e fora de territórios de favelas, segunda elas, *“no asfalto existe um respeito de que você não pode violar casas, seguir as leis tudo direitinho, falar com os moradores do asfalto direitinho, mas quando chega dentro da favela esse comportamento muda, é porque tem uma diferença de tratamento”* (Betina).

⁶⁶ *“Por causa da operação, não pude sair para trabalhar.” (Renata).*

⁶⁷ *“Já deixei de conseguir uma consulta médica por causa de operação aqui na Maré.” (Marina).*

⁶⁸ *“Deixo de sair de casa, não levo as crianças para a escola.” (Vanessa).*

A convivência com os diferentes grupos armados, que se impõem em cada esquina ostentando suas armas ou a restrição imposta à existência de terreiros na Maré não foram percebidas como uma violência que provoca insegurança. O sentimento de segurança foi relacionado ao fato de que elas conhecem todos que moram em sua favela, que elas sabem por onde devem circular para estarem mais seguras e que dentro da Maré a possibilidade de serem assaltadas é menor.

Quando essas mulheres saem da Maré, o principal motivo de insegurança por todas as mulheres que participaram é a possibilidade de assalto⁶⁹ e violência sexual⁷⁰. Dizem que, diferente do que ocorre na Maré, não conhecem as pessoas que estão circulando pelos transportes públicos e ruas da cidade⁷¹, o que dificulta as estratégias individuais de proteção⁷².

⁶⁹ *“Tenho medo de ser assaltada. O mundo está violento. Tenho medo.” (Paula).*

⁷⁰ *“Eu tenho medo de ser estuprada, assim, em algum lugar à noite, muito deserto.” (Úrsula).*

⁷¹ *“Eu tenho mais medo de estar lá fora. Lá fora já é diferente. Você desconhece o seu oponente, não sabe quem está atrás de você.” (Betina).*

⁷² “Já tive que mudar meus caminhos também, por conta de assalto. Já tive que evitar pegar veículos muito cheios e esperar até um horário que esvaziasse para evitar possíveis assédios.” (Marina).

Dizem, inclusive, que já passaram por situações de risco ao lado de patrulhas da polícia, que nada fizeram diante da situação de violência. As mulheres LGBT que dialogamos também demonstraram que se sentem mais desprotegidas e expostas a ataques verbais e físicos homofóbicos quando estão fora da Maré.



Uma questão muito importante que percebem quando circulam para além da Maré são as discriminações sofridas por serem moradores de favela⁷³. Quando circulam pelas ruas, quando estão em espaços universitários e em entrevistas de emprego, sentem que o tratamento muda quando as pessoas descobrem o seu local de moradia. A desconfiança e a criminalização⁷⁴ de seus corpos e existências marca alguns desses momentos de trânsito e diálogos em outras regiões da cidade.

⁷³ “Desde o momento em que você ouve ‘Nossa, nem parece que você mora em favela’, pelo modo que eu converso, pelo modo que eu me comporto. Você ouvir ‘Nossa, nem parece que você mora em favela’ quer dizer que o pessoal que mora em favela não tem educação, não tem estudo e conhecimento?” (Betina).

⁷⁴ Cecchetto; Muniz; Monteiro, 2018.

POLÍTICAS DE CUIDADO PROTEÇÃO POLÍTICAS DE CUIDADO



7. FORTALECENDO POLÍTICAS DE CUIDADO NA MARÉ

A proposta desta pesquisa é centrada em conhecer e fortalecer a proteção e o cuidado como prevenção e proteção das diferentes formas de violência que atravessam o cotidiano das mulheres na Maré. Essas ideias, embora potentes e assumidas como necessárias pelas mulheres participantes do projeto, não foram entendidas e manifestadas da mesma forma. O entendimento sobre proteção, cuidado, violação e violência se mostrou muito diversificado e remeteu às visões sobre o corpo, suas formas de expressão, seus limites e suas necessidades.

A tentativa de encontrar um entendimento coletivo dessas questões a partir da troca de visões e experiências foi um dos objetivos mais amplos do projeto em suas diferentes atividades. Tanto as atividades físicas como as rodas de conversa permitiram observar a diversidade e a busca de construir pontes entre gerações e uma costura respeitosa sobre as visões e valores de cada mulher.

Nesse sentido, a proposta de cuidar do corpo assumiu muitos significados. Para algumas mulheres, o cuidado é visto como tratamento de sua beleza física, para outras como uma questão de saúde, para algumas a questão da sexualidade. Para todas, o tempo da vida nem sempre permitiu que o cuidado com o próprio corpo fosse uma prioridade. Isso porque essas mulheres sempre foram responsáveis pelo cuidado de membros da família e de vizinhos, tanto em relação a tarefas domésticas quanto em relação às necessidades financeiras. As mulheres cotidianamente dão conta da alimentação, higiene, saúde, educação e sustento dos que estão à sua volta.

Cada uma destas dimensões trouxe reflexões potentes, criativas, mas também expressou dores, danos e ressentimentos. Muitas percebem que viveram toda sua vida para cuidar do outro, a ponto de adoecerem quando o seu trabalho de cuidado não foi mais necessário. Inclusive, algumas delas disseram que só passam a olhar para si neste momento de adoecimento e ao buscar serviços de cuidado psicossocial, atividades corporais e a qualificação profissional.

Construir uma reflexão que tenha o corpo como o centro é fundamental para uma reflexão coletiva. O tema corpo desperta outros elementos muito ricos para sua compreensão, como a questão de gênero, a referência de raça, as formas de entender a sexualidade, nossa visão sobre o território que vivemos, bem como as relações entre gerações. Nesta medida, muitas vezes a vivência individual ganha mais importância do que uma reflexão mais geral sobre a condição da mulher, ou seja, a fala das mulheres era mais sobre si do que sobre um coletivo em que elas se sentiriam parte. O projeto buscou uma base de construção desta referência coletiva de ser mulher, moradora da Maré, cuja identidade e história passam por traços culturais e sociais comuns.

Não há retratação que seja suficiente quando abordamos o cuidado e proteção às mulheres da favela, que em sua grande maioria são mulheres pretas. Não tem como reajustar a dor desses corpos violados pela condição de ser mulher, pobre e favelada. Muitas des-



sas mulheres habitantes das favelas já sofrem a violência pelo local onde moram, nesse território chamado Maré. Muitas são mulheres que não tiveram oportunidades de estudo ou um bom trabalho e por isso estão ali na base da pirâmide.

Há uma distância enorme na sociedade, por conta da desigualdade que a estrutura, e essa distância já é uma violência. O não acesso ou acesso desigual aos seus direitos já é uma violência. Diante disso, temos que elaborar práticas de cuidado estratégicas que possam acessar e acolher essas mulheres. Assim, pensou-se uma abordagem acolhedora através da reflexão, consciência da dor e toque corporal, do cuidado consigo mesma e com as mulheres que estão ao seu redor.

Cada mulher lida com situações de violências de acordo com os recursos materiais e subjetivos que possui. Mas muitas dessas situações de violência ou sobrecarga causam impactos sobre a mente e o corpo dessas mulheres. Não se pode fugir da dor que se carrega no corpo, que muitas das vezes não sai no jornal. Não dá para deixar de falar de mulheres muito parecidas com Dona Orosina, a primeira moradora da Maré, que construíram pelas suas próprias mãos seu local de moradia no mundo. Mulheres como Eliana Sousa Silva, que impulsionam a organização dos moradores da Maré por melhores condições de vida, moradia, trabalho, saúde e educação. A Maré está cheia de referências de mulheres que estiveram à frente da construção deste território.

Obviamente, essa dor se dilui na esperança que elas têm de estarem vivas, de tentarem viver cada dia em condições melhores. Elas olham para as práticas de cuidado e para a pesquisa de forma geral como um acalanto e oportunidade de fluidificar a violência que as atravessam. Virou rotina, um encontro marcado. Quando o encontro deixava de acontecer por algum motivo, como em dias de operação policial, sentiam falta.

A rotina dos encontros, inclusive, não era construída apenas pela equipe, pelo contrário, teve grande influência e agência das mulheres participantes. Elas criaram a rotina de registro pós-aula com fotos, por exemplo. Convidavam a equipe para participar, pois nos lembravam que também somos mulheres e que precisamos ser cuidadas. Elas entravam em contato umas com as outras lembrando e perguntando se iriam à aula. O cuidado foi estabelecido de forma coletiva, compartilhada e participativa.



7.1 PRÁTICAS DE PROTEÇÃO ACIONADAS OU DESENVOLVIDAS PELAS MULHERES

Ao longo de suas vidas, são múltiplas as formas desenvolvidas por essas mulheres para se protegerem de situações de violência. As estratégias utilizadas variam de acordo com a trajetória, território e corpo de cada mulher. Conhecer essas estratégias é de suma importância para pensarmos e fortalecermos ações de enfrentamento à violência a partir das iniciativas comunitárias. E para traçarmos novos caminhos.

Em relação à violência armada, uma estratégia utilizada pelas mulheres é **vestir roupas brancas ou claras**, pois percebem que a polícia associa o uso do preto com o envolvimento com os grupos armados. Assim, até a vestimenta é uma questão levada em consideração pelas mulheres nos dias de operações policiais. Uma das mulheres, inclusive, lembrou que já foi abordada por um policial que questionava o porquê dela estar vestindo preto.

O acompanhamento de **grupos de serviços de mensagem**, como WhatsApp, é outra ferramenta utilizada pelas mulheres como forma de proteção. Além de páginas de **redes sociais** que divulgam informações sobre operações policiais e confrontos entre os grupos armados. Desta forma, elas têm acesso a informações sobre a dinâmica do território.

Em dias de operação policial, caso essas mulheres estejam em casa, algumas costumam **trancar a porta e se esconder** em locais mais afastados e protegidos da casa⁷⁵. Outras mulheres, por morarem sozinhas, preferem **ir para as ruas**, pois se sentem expostas ao risco de assédio sexual pelos agentes de segurança pública caso estes invadam suas residências. Uma mulher preta madura relatou também que tem o hábito de **guardar os comprovantes de compra** dos bens que tem em casa, para provar ao agente de segurança pública que seu patrimônio é legal. Diante da criminalização que os moradores sofrem, é uma forma de se proteger.

⁷⁵ “Para me proteger, eu fico nos fundos da minha casa, o lugar mais seguro. De vez em quando, a gente ouve tiro de madrugada, a gente já tem tudo programado. A gente tem um colchão, eu falo: ‘A gente vai correr com esse colchão para cozinha e vamos ficar lá.’” (Lima).

Em algumas favelas existe o costume de mulheres saírem de suas casas e se **reunirem no espaço público para se protegerem coletivamente**. Diferente do que ocorre quando estão sozinhas em casa, nas ruas estas mulheres são um corpo coletivo onde todas intervêm quando veem alguém em situação de violência. Obviamente, essa intervenção e mediação tem um limite frente a um agente armado. Mas é uma forma de demonstrar que ninguém está sozinha naquela situação.

Essa estratégia de proteção e enfrentamento à violência armada construída pelas mulheres da Maré é histórica. Buscando fortalecer esta rede de proteção no território com arcabouço técnico, o eixo Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça tem desenvolvido desde 2016 um plantão em dias de operação policial e conflitos armados. Este trabalho consiste no acolhimento dos moradores, no atendimento de casos de violação de direitos e na mediação com os agentes de segurança pública, no sentido de evitar essas violações.

A **mediação** buscando evitar que outros moradores sofram violações pelos agentes de segurança pública também apareceu nos relatos das mulheres. Uma dessas mulheres já utilizou seu **corpo como barreira** para que a polícia não cometesse uma agressão física contra seu filho. De certa forma, as mulheres acabam se colocando em risco para resguardar a vida dos que estão ao seu redor, pois nessas situações sofreram ameaças dos agentes do Estado.



Em relação à violência baseada em gênero, estratégias de proteção e cuidado comunitárias também foram mencionadas pelas mulheres participantes. O desenvolvimento de uma **rede de apoio entre amigos e vizinhos**, seja este apoio no âmbito afetivo, espiritual, político ou financeiro, tem colocado as mulheres em uma situação mais segura frente à exposição a violências.

Em relação a isso, as mulheres de uma determinada região da favela da Nova Holanda têm desenvolvido **ações comunitárias de enfrentamento à violência contra a mulher**. Quando as mulheres percebem que alguma moradora está sofrendo algum tipo de violência, prontamente se juntam e intervêm na situação ou batem panela para constranger o autor da violência.

A participação de encontros em um **grupo de mulheres** de uma determinada instituição religiosa evangélica também foi citada por uma mulher como um espaço de fortalecimento. Segundo seu relato, esse grupo se reúne periodicamente e de forma autônoma na laje de uma delas para discutir questões que atravessam a vida dessas mulheres. Mulheres que fazem parte de religiões de matriz africana também apontaram essas instituições como espaços de cuidado e proteção, assim como de seu fortalecimento enquanto mulheres e negras.

As **atividades corporais, artísticas e culturais**⁷⁶ também foram apontadas pelas mulheres como formas de cuidado. Algumas delas foram orientadas por profissionais de saúde a buscarem por essas atividades como tratamento aos quadros de depressão, ansiedade e síndrome do pânico. E de fato, para essas mulheres, este foi o caminho para olharem e cuidarem de si. São espaços também de **cuidado da saúde física e mental**.

⁷⁶ “Academia, eu acho que é o momento em que a pessoa se desliga de todos os problemas e foca naquele exercício, na atividade, seja dança, você está ali fazendo aquilo e está presente naquilo. Não está pensando, ‘Eu não tenho que lavar roupa, não tenho conta para pagar’. Acho que o cérebro desliga, ajuda, ajuda muito.” (Leila).

Ao buscar acionar instituições de saúde para tratar dos impactos das situações de violência sobre seus corpos, as mulheres não se sentiram acolhidas. Na Clínica da Família próxima à Maré, por exemplo, uma mulher mãe de vítima de violência armada ouviu de um profissional de saúde que “*quem precisa de remédio é quem está doente*” (Zélia), uma banalização do sofrimento mental.

Em contrapartida, o único cuidado oferecido foi a medicalização, que, segundo seu relato, lhe deixou anestesiada e desnorteada, impactando nos seus afazeres diários e organização da vida. O quanto essa sensação de “desnorteamento” impacta na vida dessa mulher a ponto de colocá-la em risco em dias de operação policial ou confronto armado, por exemplo? Não queremos dizer aqui que a medicalização não seja necessária em muitos casos, a questão é limitar o cuidado ao uso de medicamento, que atua sobre os sintomas, mas não sobre as causas do sofrimento mental.

As mulheres relataram que tiveram acesso ao cuidado em saúde mental nos Centro de Atenção Psicossocial (CAPS⁷⁷), onde sua dor foi levada a sério. Porém, sentem que ainda assim os profissionais não conseguem dimensionar os atravessamentos de uma mãe que perde seu filho para este tipo de violência. Como então propor um tratamento terapêutico se a usuária não é vista em sua integralidade? Em suas relações de gênero, classe, racial e territorial? Ouvimos também uma mulher preta jovem que buscou atendimento psicológico particular e sofreu discriminação pela profissional que a atendeu⁷⁸.

⁷⁷ Os CAPSs são serviços públicos de saúde mental que possuem um caráter comunitário, ou seja, o objetivo é realizar o trabalho articulado à comunidade em que atuam, buscando fortalecer os vínculos entre os usuários do serviço e suas relações comunitárias. O atendimento é aberto e voltado a pessoas em sofrimento psíquico ou transtorno mental.

⁷⁸ “Eu tive muita dificuldade, por exemplo, quando eu estava precisando de terapia, primeira tentativa de suicídio. E quando eu cheguei na consulta com a psicóloga, a primeira coisa que ela fez foi olhar pra mim e ficar super tensa, eu tinha passado por algumas situações de racismo bem complicadas na época, tentei falar para ela o que estava passando e ela falou que não estava entendendo, que estava tudo muito nebuloso e durante a sessão ela pegou a bolsa dela e ficou agarrada com a bolsa. Então, isso me fez sentir muito mal, eu demorei muito pra conseguir procurar ajuda terapêutica de novo.” (Marina).

As mulheres demonstraram muita consciência em relação aos **limites de atuação da rede de proteção e justiça** em seu território. Dizem sobre a Lei Maria da Penha, a qual algumas delas buscaram acessar, que obtiveram como resposta dos próprios funcionários das delegacias da mulher de que “aquele serviço não serve na favela”. Como já mencionamos anteriormente, isso se deve ao fato de que algumas instituições da rede de proteção à mulher, como a polícia, por exemplo, não atuam neste território ou o fazem apenas através de incursões policiais militarizadas.

Apesar destes limites em relação ao acesso à justiça, as mulheres apontaram como um espaço em que foram acolhidas **os serviços de atendimento sociojurídicos** oferecidos pela Redes da Maré⁷⁹. Em diálogo com as equipes de atendimento para a construção desta publicação, refletimos que o acesso à justiça tem sido uma importante ferramenta de proteção e cuidado. Isso porque a maior parte das demandas que recebem das moradoras da Maré estão relacionadas ao direito de família, para garantir as condições mínimas de acesso à segurança alimentar e à vida dos seus filhos.

⁷⁹ “Pela Redes, tem o negócio do direito, que a gente pode ligar e a mulher da Redes vem, atende a gente. Também tem a Lei Maria da Penha, mas não resolve muita coisa. Mas a gente aqui tem a Redes.” (Zida).

Diante de todo esse contexto de insegurança e falta de acesso à justiça, algumas mulheres relataram que **procuraram os grupos armados** para se protegerem das situações de violência, sobretudo violência baseada em gênero ou homofobia. Isso não significa que as mulheres concordam com a existência desses grupos armados e elas sabem que o julgamento realizado por estes não se baseia na legalidade e na democracia, mas que são formas de evitarem que esta violência se desenvolva ao ponto de cercear suas existências⁸⁰.

⁸⁰ *“Foi basicamente uma pessoa que ameaçou a gente fisicamente e nesse dia a situação foi muito de impotência, porque por mais que os caras da boca tivessem amenizado, não fizeram nada comigo, mas também não fizeram nada com ela, a gente não tinha como procurar nossos direitos e a gente não podia chamar a polícia e acusá-la de lesbofobia, a gente não podia processar. Então é uma sensação de impotência muito grande.” (Marina).*

Assim, as mulheres encontraram formas de viver apesar das vivências de violência. Que mesmo que muitas vezes não sejam atendidas de maneira igualitária nos serviços de saúde e instituições públicas, as mulheres faveladas sempre traçaram estratégias comunitárias para se cuidar. A história da Maré é esta, foram mulheres que estiveram à frente de grandes processos de mudança no território. E que desta forma, as mulheres não se resumem às experiências de violência que viveram de maneira individual ou comunitária. E, muito pelo contrário, são potentes em sua forma de existir no mundo.



7.2 IMPACTOS DAS ATIVIDADES DO PROJETO SOBRE A VIDA DAS MULHERES

A primeira iniciativa de proteção acionada pelas instrutoras nas atividades propostas foi buscar a atenção de cada mulher aos sinais que o corpo indicava. Silenciar, observar movimentos, olhar para si e para as outras, tocar o próprio corpo e o corpo alheio foram formas de tornar o tema familiar e acessível a cada uma.

O espaço reservado para as atividades teve uma forte influência nesta orientação. Autopreservação, sigilo, segurança e confiança foram elementos buscados pelas instrutoras para garantir uma maior atenção das mulheres aos temas e às propostas de intervenção sobre seus corpos. No início dos trabalhos, o espaço adotado trazia muitos desafios em relação a esses elementos buscados pelas instrutoras. A mudança do espaço permitiu uma maior amplitude das propostas e a garantia de que o lugar naquele momento era só para elas.

A inconstância e a volatilidade do grupo foram desafios para a construção de uma base de relação mais constante e consistente entre as mulheres. No entanto, o fato de algumas delas já terem relações prévias compensou a falta de constância para trocas nas

atividades. Elas, ao se conhecerem previamente, não usavam o espaço para isso, ainda assim ali houve um reconhecimento de mais elementos não necessariamente conhecidos por elas, mas que foram trabalhados sobre a condição feminina. Outras foram sendo acolhidas à medida que chegavam e conhecendo o grupo, criando laços afetivos⁸¹.

⁸¹ “Os pontos principais que eu percebo é que eu me sinto bem de estar no projeto. O projeto de vocês é super importante, assim, me reconhecendo como pessoa autista, porque a gente já tem uma dificuldade de socialização, então já vai ajudando a gente a criar essa socialização. É muito difícil a gente estar ajudando, fazendo todas as coisas, é muito difícil a gente ser ouvida. Eu percebo a falta de um espaço para a gente poder se abrir, para falar sobre determinadas situações. Graças a Deus eu não passo mais por situações delicadas, como eu já passei muito na minha vida, porque eu já estou conseguindo me amar.” (Lima).



Durante as oficinas, percebemos que o número de mulheres no encontro variava a cada semana. Porém, isso não deixou com que o grupo mudasse e prejudicasse a prática. Assim como as oficinas buscavam estimular o autocuidado, também buscavam o cuidado coletivo. Elas se reconheciam nas dores das outras, logo se desenvolveu um ambiente acolhedor.

Assim como reconheciam as dores, foi perceptível que as mulheres também sabiam reconhecer e abraçar a alegria, o alívio e a evolução dos alongamentos corporais, ou seja, a promoção de saúde vivenciada. Como uma vitória coletiva, uma conquista coletiva, elas caminham juntas, recebem e dão o peso do corpo, seja na massagem ou na posição das asanas⁸² e por fim elas dançam juntas, com sua própria dança. Elas descobrem seus corpos e os corpos das outras. Descobrem a dor e a potência de serem quem são. Mulheres extraordinariamente mulheres.

O tema corpo foi introduzido de modo inovador para muitas mulheres e a relação do corpo com a saúde também foi motivo de re-

⁸² Asanas são posturas corporais utilizadas no yoga. Com essas posturas se desenvolve o equilíbrio físico, mental e espiritual.

flexões novas. O projeto não adota uma concepção de saúde como ausência de doença e, por isso, não orientou as atividades para o tratamento de dores do corpo e do psiquismo⁸³. A concepção de

⁸³ “A yoga me ajuda a tentar equilibrar minha cabeça, a tentar acalmar os meus pensamentos. Eu saio daqui mais leve, então no dia seguinte eu já fico mais animada, outra pessoa. A energia das outras senhoras, das outras mulheres, mesmo que elas tenham problemas piores que o meu , a gente troca uma energia e é a melhor coisa do mundo. Porque muitas vezes quando a pessoa faz assim e toca em você, ela não está te passando energia negativa, ela está te passando a energia de cura.” (Darcy).

saúde adotada buscou envolver as dimensões mais amplas da mulher da Maré, com referência de raça, idade, sexualidade e todo um conjunto de valores, crenças e práticas sociais na sua relação consigo, com as outras e com os territórios onde circulam. Essa concepção mais ampla da saúde (e da sua precariedade) foi trabalhada em cada encontro com a perspectiva de ampliação de uma consciência crítica e do fortalecimento coletivo destas mulheres.

As rodas de conversas foram de muita importância no projeto, segundo as próprias mulheres que foram conduzidas, orientadas e apoiadas. Com o psicodrama, uma técnica que juntava o trabalho com corpo e mente, percebemos que voz é corpo e que não dá para se silenciar o tempo inteiro. Ali os corpos gritavam que precisavam falar, que precisam ouvir, refletir, digerir e sair de lá com alguma nova perspectiva, um novo olhar sobre a violência atravessada pelo seu corpo. Como se a roda de conversa fosse o jornal escrito por todas, coletivamente. Então elas colocaram a boca no trombone e diluíram os pensamentos através das palavras⁸⁴.

84 “A aula relaxa. Até as rodas de conversa são boas, porque a gente bota para fora o que está sentindo, o que a gente está magoada, o que a gente acha que tem que mudar. Uma coisa que tipo... a gente foi lá, minha irmã é muito rancorosa. Eu consegui arrastar ela. É um momentozinho para cuidar da gente.” (Zida).

Em todo o final da prática de cuidado com o corpo elas usavam um momento da aula para dizer uma palavra. Para dar sentido a tudo o que vivenciaram e acessaram através do toque, ou seja, colocar em palavras. Na roda de conversa era mais que uma palavra, eram muitas palavras, era dar muito sentido. E a palavra se misturava com o choro, com a risada e com a identificação da vivência da outra.

Apesar de na maioria das vezes não ser possível falar de violência sem falar de dor, há como enxergar que esses corpos não são mais somente dor e atravessamentos da violência. São mulheres que falam, que sabem diluir suas emoções e escutar seus corpos, que se acolhem enquanto mulheres, moradoras, amigas. Aqui trazemos o Larrosa Bondía fazendo total sentido à palavra: “[...] todo humano tem a ver com a palavra, se dá em palavra, está tecido de palavras⁸⁵”. E a expressão corporal abriu espaço para a palavra. E para o conhecimento sobre si mesmas, sobre suas relações entre mulheres, sobre seu território e o contexto social em que vivem.

As mulheres que de alguma forma deixaram de participar das atividades ou que participaram de forma inconstante nos retornaram trazendo os motivos para tal: a dinâmica de vida, a conquista de um novo emprego, atravessamentos de uma gravidez, demandas familiares e o cuidado com os que estão ao seu redor impactou em sua participação. Isso demonstra o quanto o acesso ao cuidado é um desafio para mulheres da Maré.

⁸⁵ Bondía, 2002, p. 21.



Até mesmo essas mulheres, porém, também relataram que incorporaram as práticas aprendidas no seu cotidiano. Pela manhã, como primeira atividade do dia, conseguiam tirar uns minutos para se alongarem e entrarem em contato com seus corpos. Trouxeram, inclusive, essas práticas de cuidado para os demais membros da família, como os filhos, explicando sobre cada parte do corpo e como os sentimentos são sentidos nos órgãos. De fato, um despertar para a consciência corporal. Outras disseram que passaram a dançar mais, sem aquele constrangimento ou vergonha sobre seus corpos.

Um último impacto das atividades propostas sobre a vida das mulheres participantes foi o vínculo entre as mulheres, que tem se entendido para além dos muros da Redes da Maré. Seja para irem à praia juntas, se reunirem para confraternizar na casa de alguma delas ou quando se preocupam com a presença de todas nos encontros. Mas uma situação em específico chama a atenção pelo seu potencial como estratégia comunitária de enfrentamento à violência.

BASTA DE
VIOLÊNCIA
BASTA DE
VIOLÊNCIA
BASTA DE
VIOLÊNCIA
BASTA DE
VIOLÊNCIA
BASTA DE
VIOLÊNCIA
BASTA DE
VIOLÊNCIA



8. RECOMENDAÇÕES E ESTRATÉGIAS

Formular uma política de segurança pública que rompa com o modelo bélico-militarizado que, em vez de combater, fomenta o contexto armado na Maré e demais favelas e periferias urbanas do Rio de Janeiro. Que essa formulação seja feita com a participação da população e utilizando-se dos saberes comunitários sobre práticas de enfrentamento, proteção e cuidado que efetivamente funcionam.

As políticas públicas de saúde precisam levar em consideração, em sua atuação e na qualificação de seus profissionais, a realidade experienciada pelas mulheres em suas dimensões de gênero, raça, idade e território. Desta forma, seguiremos os princípios da integralidade, equidade e participação social, tão importantes na construção do Sistema Único de Saúde e no acesso digno à saúde.

É necessário incorporar na **formação dos profissionais que atuam no âmbito da saúde, justiça, segurança pública e assistência social** concepções sobre o enfrentamento a todas as formas de discriminação e de práticas de violência, além da formação em Direitos Humanos.

É fundamental a elaboração e fortalecimento de **políticas públicas de emprego e renda para as mulheres da Maré**, buscando enfrentar a criminalização de seus corpos e impulsionar sua estabilidade financeira. Esta também é uma ação de enfrentamento à violência contra a mulher, já que a dependência financeira é uma barreira para que as mulheres rompam com a violência doméstica.

Atividades artísticas e corporais são alternativas de cuidado em saúde física e mental eficazes, desenvolvendo um cuidado coletivo e de vínculo. Nesse sentido, torna-se necessário também o fomento de espaços públicos e centros de convivência de mulheres que valorizem atividades artísticas e corporais.

Estratégias comunitárias de cuidado e proteção também são ações importantes diante de um cotidiano atravessado pela violência. É fundamental fortalecer e desenvolver esta consciência coletiva, através de campanhas de troca e mobilização comunitária.

É fundamental desenvolver **ações de enfrentamento à violência contra a mulher** com abordagem para os homens, a partir da vivência de suas masculinidades.

O fortalecimento de **grupos de mulheres** é uma estratégia comunitária com grande potencial de se desdobrar em ações de enfrentamento a violências na Maré.

Implantação de equipamentos de saúde mental voltado para mulheres na Maré e demais em territórios periféricos da cidade.

Implantação de equipamentos de acesso à justiça em territórios de favela, no que se refere a gênero, como núcleos da Defensoria Pública e espaços de acolhimento.

Elaboração e execução de políticas públicas de reparação para mães e familiares de vítimas de violência armada.

Investimento em infraestrutura urbana e de mobilidade urbana para garantir o direito à cidade para as mulheres de favela.

É necessário a **ampliação de equipamentos e vagas em creches e espaços de cuidado coletivo para crianças**. Desta forma, as mulheres teriam mais condições de trabalhar e exercer suas atividades.

Diante das características da violência doméstica e dos estigmas que as moradoras de favela ainda sofrem, torna-se fundamental a **implantação de um núcleo da secretaria de trabalho e renda na Maré**.

Espaços de formação política em gênero, sexualidade, direitos sexuais e reprodutivos são necessários como **ferramentas de identificação e enfrentamento à violência** contra a mulher na Maré.

PROPOSTA DE DESFECHO PROPOSTA DE DESFECHO PROPOSTA DE DESFECHO



9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura que se faz de um corpo como feminino, negro e/ou favelado interfere como se vivencia o território e as violências que o atravessam. Mas este mesmo corpo também age ativamente sobre o território urbano⁸⁶. A subjetividade dessas mulheres sofre a intervenção das leituras que se fazem de seu corpo, colocando-as ora como frágeis e vulneráveis, ora como fortes e guerreiras, principalmente se pensarmos nas diferentes formas de se ver uma mulher pela cor de sua pele.

Mas elas também utilizam essas relações que se estabelecem como estratégia de proteção, mediando situações de conflito ou percebendo o clima do ambiente. Para isso, é importante também saber interpretar estas percepções, porque muitas vezes um ambiente calmo e/ou vazio não é um bom sinal. Isso gera um estresse na comunidade em geral, mas principalmente nas mulheres, do perigo iminente nos espaços públicos ou privados e em como se portar diante disso.

⁸⁶ Grosz, 1998.



A violência armada interfere em todas as dimensões da vida das mulheres da Maré, inclusive sobre a visibilidade de outros tipos de violência às quais os moradores da Maré estão expostos. O *Boletim de Monitoramento e Enfrentamento às Violências na Maré*⁸⁷, por exemplo, já demonstrou que a violência baseada em gênero foi muito expressiva em 2022, e assim tem sido por muitos anos. Frente a esta realidade, precisamos pensar e fortalecer políticas públicas a partir das necessidades de suas moradoras.

⁸⁷ Redes da Maré, 2022b.

Trabalhar com o corpo por meio de práticas coletivas é uma forma eficaz de fortalecer mulheres que vivem em situações de violência para: aprender técnicas de autocuidado; construir relações de confiança, cuidado e apoio mútuo; educar o corpo para perceber suas sensações; exercitar a desinibição e comunicação em termos da expressão corporal e voz; oferecer um local necessário para a mulher verbalizar seus sentimentos e angústias e gerar auto-confiança.

Como parte de uma prática de pesquisa, as oficinas de corpo comunitário podem: permitir o surgimento de novos entendimentos que possam ser discutidos posteriormente em entrevistas; estabelecer confiança entre os participantes da pesquisa e as equipes de pesquisa; oferecer um recurso valioso para a comunidade, evitando assim a investigação excessivamente extrativista. Essas são formas altamente eficazes de fomentar práticas de cuidado entre as mulheres que vivem na Maré, bem como provocar reflexões e sentimentos que provavelmente não teriam surgido em entrevistas qualitativas tradicionais.

A ampliação do acesso a direitos por mulheres moradoras do Conjunto de Favelas da Maré, seja em relação à justiça, saúde, moradia, trabalho e renda, educação ou segurança alimentar reduz diretamente a exposição à violência a que estão sujeitas. É neste sentido que o Estado precisa estar cada vez mais presente nas favelas, não através de blindados e helicópteros, mas através de políticas públicas sociais de qualidade e elaboradas a partir da participação das mareenses.

Na história de formação da Maré, as mulheres sempre estiveram à frente da organização comunitária para melhoria da condição de vida dos moradores. E ainda são as principais responsáveis pelo cuidado dos filhos, familiares, vizinhos e da comunidade. Apesar das violências vividas, as mulheres nunca se limitaram a estas experiências. Sua potência é maior que isso. **A Maré é de mulheres.**



APRECIACÕES
E NOTAS

APRECIACÕES
E NOTAS

E NOTAS

APRECIACÕES
E NOTAS

E NOTAS

APRECIACÕES
E NOTAS

E NOTAS

APRECIACÕES
E NOTAS



10. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BONDIA, Jorge Larrosa. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, Jan/Fev/Mar/Abr, 2002.

BRIGSTOCKE, Julian; MALANQUINI, Lidianie; SILVA, Eliana Sousa; BAPTISTA, Gabriela. **Fronteiras atmosféricas: gênero, violência e afeto nas favelas do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2016.

CECCHETTO, Fátima Regina; MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; MONTEIRO, Rodrigo de Araujo. **“Basta tá do lado” – a construção social do envolvido com o crime.** Caderno CRH, Salvador, v. 31, n. 82, p. 99-116, jan./abr. 2018.

COLLINS, Patricia Hill. **Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória.** Revista Parágrafo, v. 5, n. 1, 2017.

CRENSHAW, Kimberlé. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero,** 2002. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>. Acesso em: 30 mar 2021.

DICIONÁRIO DE FAVELAS MARIELLE FRANCO. **Complexo da Maré**. WikiFavelas [online], Rio de Janeiro, 14 dez. 2021. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/Complexo_da_Mar%C3%A9#:~:text=Planejada%20e%20constru%C3%ADda%20pelo%20poder,em%20grande%20parte%2C%20por%20aterros. Acesso em: 01 mar. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. Ano 16. São Paulo: FBSP, 2022a.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência contra meninas e mulheres no 1º semestre de 2022**. São Paulo: FBSP, 2022b.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e Sexismo na cultura brasileira**. In: SILVA, L. A. et al. **Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos**. Revista Ciências Sociais Hoje, Brasília, Anpocs, p. 223-244, 1984.

GROSZ, Elizabeth. **Bodies-Cities**. In: **Space, Time and Perversion: Essays on the Politics of Bodies**, 1998.

HAMANN-NIELEBOCK, Eduarda; CARVALHO, Ilona Szabó de. **A violência armada e seus impactos sobre a população civil: um fardo necessário?** Revista Brasileira de Segurança Pública, ano 1, 3. ed., jul./ago., 2008.

HEIMER, R. et al. **Body Territory: Mapping women's resistance to violence in the favelas of Mare, Rio de Janeiro**. London: King's College London, 2022.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. **“Violência urbana”, segurança pública e favelas - O caso do Rio de Janeiro atual.** Caderno CRH, Salvador, v. 23, n. 59, p. 283-300, maio/ago. 2010.

MCILWAINE, Cathy et al. **Práticas de resistência para enfrentar a violência urbana de gênero na Maré, Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et. al. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 18. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

POOLE, Steve. **Everything and nothing is up for grabs: using artistic methods within participatory research,** Connected Communities Foundations Series, 2018. Disponível em: https://connected-communities.org/wp-content/uploads/2018/07/Up_For_Grabs_SP-1.pdf. Acesso em: 15 mar. 2021.

REDES DA MARÉ. **Análises: Saúde mental nas favelas da Maré.** 2. ed. fev. 2023. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2023.

REDES DA MARÉ. **Boletim Conexão Saúde - De Olho no Corona,** 40 ed. 13 ago. 2021c.

REDES DA MARÉ. **Boletim Construindo Pontes: Uma investigação sobre saúde mental, violência, cultura e resiliência na Maré.** Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2021a.

REDES DA MARÉ. **Boletim de Monitoramento e Enfrentamento às Violências na Maré. 1 ed.** Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2022b.

REDES DA MARÉ. **Boletim Direito à Segurança Pública na Maré. 1. ed.**, Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2016.

REDES DA MARÉ. **Boletim Direito à Segurança Pública na Maré. 2. ed.** Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2017.

REDES DA MARÉ. **Boletim Direito à Segurança Pública na Maré. 3. ed.** Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2018.

REDES DA MARÉ. **Boletim Direito à Segurança Pública na Maré. 4. ed.** Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2019b.

REDES DA MARÉ. **Boletim Direito à Segurança Pública na Maré. 5. ed.** Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2020.

REDES DA MARÉ. **Boletim Direito à Segurança Pública na Maré. 6. ed.** Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2021b.

REDES DA MARÉ. **Boletim Direito à Segurança Pública na Maré. 7. ed.** Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2022a.

REDES DA MARÉ. **Censo Populacional da Maré.** Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2019a.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 2119 de 19 de janeiro de 1994. **Cria o bairro da Maré na XXX Região Administrativa e dá outras providências.** Rio de Janeiro (RJ): Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 1994. Disponível em: <https://cm-rio-de-janeiro.jusbrasil.com.br/legislacao/884679/lei-2119-94>. Acesso em: 15 mar. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth; ALMEIDA, Suely Souza de. **Violência de gênero: poder e impotência.** 1. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SISI, Ayana. **Para além dos manicômios: a politização dos afetos como caminho para a saúde mental de mulheres negras.** In: PEREIRA, Melissa de Oliveira; PASSOS, Rachel Gouveia (Orgs.). **Luta Antimanicomial e feminismos: Inquietações e resistências.** Rio de Janeiro: Autografia, 2019. p. 86-110.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

TUCK, E. **Suspending damage: A letter to communities.** Harvard Educational Review, v. 79, n. 3, 409-428, 2009.